

CLIPPING SEMANAL DE MINERAÇÃO 05 a 10 de maio de 2014

(Coordenação: Karen C. Nasser de F. Borges, Ad Hoc Consultores Associados Ltda)

1-05/05/2014

Baosteel e parceira oferecem US\$1 bi para reviver projeto na Austrália



SYDNEY, 5 Mai (Reuters) - A gigante siderúrgica chinesa BaosteelResources e uma parceira australiana lançaram uma oferta de 1 bilhão de dólares para adquirir a australiana AquilaResources em um movimento que poderá ajudar a quebrar a força das mega exportadoras de minério de ferro Rio Tinto e BHP Billiton.

A oferta hostil de 1,14 bilhão de dólares australianos (1,06 bilhão de dólares) pela AquilaResources poderá abrir uma nova região australiana de exportação de minério de ferro para abastecer siderúrgicas asiáticas ao impulsionar o projeto de minério de ferro West Pilbara (WPIO), detido pela Aquila com fatia de 50 por cento.

A Baosteel, que já tem uma participação de 20 por cento na Aquila, disse que investiu pela primeira vez na empresa em 2009 para ajudar a financiar o projeto de minério de ferro e uma mina de carvão de coque.

"Mas depois de cinco anos não vimos nenhum dos projetos sendo iniciados. Então temos sido muito pacientes, mas ficamos frustrados", disse o vice-presidente financeiro Wu Yiming a repórteres em uma teleconferência de Sydney.

A Baosteel, segunda maior siderúrgica da China, e a empresa ferroviária Aurizon Holdings disseram que vão oferecer 3,40 dólares australianos em dinheiro por ação, um prêmio de 39 por cento sobre o preço de fechamento das ações da Aquila na sexta-feira.

Incluindo a participação existente da Baosteel, a oferta avalia o alvo em 1,42 bilhão de dólares australianos. A Aquila conta com 507 milhões de dólares australianos em caixa e investimentos líquidos, de modo que a oferta avalia efetivamente a empresa livre de dívidas em 913 milhões de dólares australianos.

Nesta segunda-feira, as ações da Aquila dispararam 36,33 por cento, a 3,34 dólares australianos, um pouco abaixo do preço da oferta.

Se a oferta da Baosteel-Aurizon for bem sucedida e estudos provarem a viabilidade comercial do projeto de minério de ferro West Pilbara, os parceiros esperam começar a

produzir minério de ferro em 2017-18, disse o presidente-executivo da Aurizon, Lance Hockridge.

A Aquila, cujas ações não são negociadas acima de 3,40 dólares australianos desde 2012, contratou o Goldman Sachs para assessorá-la na oferta e disse que ela será avaliada por um comitê independente.

Uma oferta bem sucedida também dará à Baosteel uma participação no projeto de carvão coque duro EagleDowns, que a Aquila está desenvolvendo com a brasileira Vale.

A Aurizon, assessorada pelo UBS, disse que vai adquirir 15 por cento da Aquila se o negócio for bem sucedido. A empresa busca ter uma participação majoritária na infraestrutura ferroviária e de portos para o projeto WPIO.

A Baosteel está sendo assessorada pelo Deutsche Bank.

(Por Sonali Paul)

2-05/05/2014

Disputa entre cidades atrasa projeto da Vale para explorar potássio em SE

Planejado desde 2009, investimento ainda não saiu do papel. Japarutuba e Capela disputavam divisão do ICMS gerado pelo projeto.

Fábio AmatoDo G1, em Brasília

Uma disputa entre duas cidades vizinhas do interior de **Sergipe** por arrecadação de impostos levou à paralisação de um projeto bilionário da Vale que prevê a exploração, na região, de cloreto de potássio, usado na produção de fertilizantes.

Planejado desde 2009 e com investimentos estimados em R\$ 4 bilhões, o projeto até hoje não saiu do papel. Ele prevê a exploração de uma mina de carnalita que fica a cerca de 50 quilômetros ao norte da capital, Aracaju. Da carnalita, se extrai o cloreto de potássio, matéria-prima cujo consumo ainda é altamente dependente de importação. A produção atual em território brasileiro se restringe a uma única mina, também em Sergipe, que abastece apenas 8% da demanda interna.

A quebra de braço entre as duas cidades começou após a Vale escolher a cidade de Japarutuba para instalar a sua unidade de extração e processamento da carnalita. A vizinha **Capela**, que detém em seu subsolo a maioria das jazidas, não aceitou a decisão e iniciou uma campanha para alterar o projeto e disputar a divisão da receita de tributos e royalties que poderá multiplicar os orçamentos das prefeituras.

Cinco anos depois de anunciado, o empreendimento deve finalmente ser retomado, após a aprovação de um projeto de lei que oficializa o acordo entre os municípios para a divisão do ICMS gerado pela atividade.

Em nota, a Vale informa que sua diretoria aprovou a “continuidade da manutenção das atividades vitais do Projeto Carnalita.” A empresa aponta, porém, que ainda aguarda a “conclusão dos processos de licenciamento e segurança jurídica, pelas instituições competentes.”

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, no local há uma jazida com reservas de 4,70 bilhões de toneladas. A previsão da Vale é retirar 1,2 milhão de toneladas de cloreto de potássio ao ano, o dobro do que o país produz atualmente.

No projeto elaborado pela Vale, estão especificados 75 poços de exploração, sendo cerca de 80% deles localizados na área de Capela e os outros 20% em **Japaratuba**. Já a usina de beneficiamento ficará no limite entre os dois municípios, a maior parte em Japaratuba. Também serão construídos dois Centros de Distribuição, um em cada cidade.

Japaratuba x Capela

A disputa entre as duas cidades começou após Capela, que detém ceca de 80% da jazida de potássio, iniciar uma campanha para alterar o projeto da Vale que escolheu a vizinha Japaratuba para instalar a sua unidade de extração e processamento da carnalita.

Em jogo estava uma arrecadação estimada entre R\$ 80 milhões e R\$ 100 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de um montante em royalties estimado em mais de R\$ 20 milhões.

“Não entendemos por que a Vale tomou a decisão de levar a unidade para a cidade vizinha”, diz o prefeito de Capela, Ezequiel Ferreira Leite Neto. Ele nega que tenha “barrado” o investimento da empresa e alega que a mobilização por alterações no projeto evitou que a cidade perdesse seus recursos minerais sem receber nada por isso.

No final de fevereiro, depois de meses de negociações – e após o presidente da Vale, Murilo Ferreira, ameaçar desistir da mina –, as duas cidades entraram em um acordo que, enfim, eliminava as barreiras para o início da exploração do minério.

O acordo prevê que Capela, onde está a maior parte da jazida, receberá também a maior fatia do ICMS: cerca de R\$ 30 milhões ao ano, valor que equivale a sete vezes a sua atual receita com o imposto. Japaratuba, que se manterá como sede da planta de exploração da Vale, ficará com cerca de R\$ 5 milhões ao ano de ICMS, o dobro de sua receita hoje. Parte do ICMS total recolhido vai para os cofres do estado e outra para outros municípios, somando assim os R\$ 80 milhões.

“Nada pelo nada, preferimos adiar isso [extração da carnalita] até virem os impostos para aliviar o sofrimento das pessoas”, diz Neto. Segundo ele, os impostos gerados pela chegada da Vale vão ser investidos na melhoria do atendimento médico e do saneamento básico da cidade, além da redução do analfabetismo de sua população.

“Abrimos mão dos impostos, mas vamos ter emprego para dar às pessoas”, afirma o prefeito de Japaratuba, Hélio Sobral. “A gente não podia se dar ao luxo de perder um investimento bilionário como esse”, completa.

Para ele, o acordo para divisão do ICMS foi “bom para todo mundo” e acabou com o impasse que impedia a Vale de fazer os investimentos. Sobral diz esperar que o projeto traga mudanças e desenvolvimento à região.

“A chegada da Vale à nossa cidade vai fazer a situação mudar da água para o vinho. Principalmente para os jovens, que não tinham perspectiva de emprego em seu próprio município, mas agora vão ter”, declara o prefeito de Japaratuba.

Maior investimento feito em Sergipe

De acordo com o secretário de Fazenda do governo de Sergipe, Jefferson Passos, se confirmada, a instalação da planta de exploração de carnalita da Vale será o maior investimento privado já feito no estado.

“Esse projeto não tem importância só para Sergipe, tem para o Brasil. A agricultura é o motor da nossa economia, mas, hoje, nós produzimos menos de 10% do cloreto de potássio que precisamos. E a única mina que temos está próxima da exaustão”, diz Passos.

O secretário avalia que a mina terá de 25 anos a 29 anos de vida útil e que, nesse período, pode evitar o gasto de R\$ 17 bilhões com a importação de cloreto de potássio. Além disso, deve gerar 4 mil empregos diretos, na fase de implantação do projeto. Depois disso, serão mil empregos diretos.

O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo, mas importa 92% do potássio que consome nessa atividade. Só em 2012 foram gastos US\$ 3,512 bilhões com a compra, no exterior, de 7,04 milhões de toneladas do produto.

Dependência externa de potássio

O Brasil é um dos maiores produtores agrícolas do mundo, mas importa 92% do potássio que consome nessa atividade - principalmente a produção de fertilizantes. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, só em 2012 foram gastos US\$ 3,512 bilhões com a compra, no exterior, de 7,04 milhões de toneladas do produto. Os maiores fornecedores foram o Canadá (31,18%), Bielorrússia (21,96%) e Alemanha (18,93%).

A exploração da mina de carnalita pela Vale teria, portanto, potencial para triplicar a produção nacional do potássio. A única mina do país de onde se extrai atualmente o insumo, que também fica em Sergipe e é explorada pela Vale, deve chegar ao fim da sua vida útil em 2017. Ela produz cerca de 600 mil toneladas ao ano.

Potencial brasileiro

De acordo com o Ministério de Minas e Energia, existem hoje 643 alvarás concedidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para pesquisar o potencial e viabilidade econômica de minas para produção de minerais de potássio no país, sendo 56,6%

no Amazonas, 21,2% em Sergipe e 11,2% no Pará. Somente depois dessa etapa é possível avaliar o potencial de produção de cada uma delas.

O ministério aponta que “existem no Brasil ambientes geológicos favoráveis (bacias sedimentares) para ocorrência de sais de potássio”, sendo que na região de Nova Olinda do Norte, no Amazonas, as reservas de silvinita somam mais de 1 bilhão de toneladas.

“Entretanto, para que essas reservas entrem em produção deverão ser desenvolvidos estudos para superar problemas de viabilidade técnico-econômica e ambientais”, diz o ministério.

3-05/05/2014

CPI INVESTIGA MINERADORA EM PEDRA BRANCA

Imagens mostram crateras que estariam sendo feitas de forma ilegal, causando enormes impactos ambientais segundo informou o vereador e presidente da Câmara de Vereadores de Amapari, Wilson Filho (PSB), um dos responsáveis pelo pedido de CPI que teve o apoio maciço de outros vereadores. Por impedimento legal, já que é presidente da Casa não pode presidir, a CPI deverá ser comandada pelo vereador Raimundo Nonato (PDT).

Há dias os vereadores tentam fazer diligências e adentrar o local onde a mineradora Beadell faz exploração do ouro, mas são impedidos e passam por verdadeiros constrangimentos conforme relatos de parlamentares, sendo inclusive revistados junto com seus veículos, fato que consideram um verdadeiro desrespeito com o legislativo.

Os vereadores devem pedir a interdição da empresa Beadell por conta das denúncias de exploração ilegal de ouro. A CPI tem prazo de 90 dias e também deve acionar a PF e outras instituições pra apurar o caso.

Fonte: do Blog do Heverson Castro

4-05/05/2014

Riqueza do subsolo sustentou bom desempenho do Peru

Cobre, ouro e zinco e outros minerais responderam em 2013 por mais da metade das exportações do Peru, mas esse quadro deve mudar

Márcia De Chiara, enviada especial

LIMA - Quem sai de Lima e percorre 200 quilômetros em direção ao sul do país pela estrada que margeia a costa do Pacífico fica intrigado com a falta de evidências da riqueza que tem sustentado o forte ritmo de crescimento peruano. Há poucas indústrias ao longo da rodovia e nem sinais de agricultura ou pecuária: a paisagem é desértica. É que o motor da economia peruana, a mineração, está debaixo da terra.

Cobre, ouro, zinco e outros minerais responderam no ano passado por mais da metade das exportações do país. Dos US\$ 41,8 bilhões vendidos ao exterior, US\$ 23 bilhões vieram da receita obtida com minerais. Quando se considera apenas as matérias-primas, a fatia da mineração sobe para 70% das exportações. Com petróleo, a participação da mineração no Produto Interno Bruto (PIB) beira 10%.

O desempenho da mina de Cerro Lindo, a maior mina subterrânea do Peru em produção, que pertence à mineradora Milpo, controlada pela Votorantim Metais, reflete o ritmo frenético da indústria extrativa do país nos últimos tempos. A mina fica no distrito de Chavín, na Província de Chíncha, a 263 quilômetros ao sul de Lima.

O vaivém de caminhões pelos 63 quilômetros que separam o litoral do Peru da entrada da mina, a mais de 1,8 mil metros de altitude, é intenso. A cada curva da estrada sinuosa há espelhos para dar visão ao motorista do tráfego no sentido contrário. Quase toda hora o trânsito é interrompido para dar passagem a um caminhão. Em média, são 40 carretas de minério que deixam Cerro Lindo 24 horas por dia.

Atualmente, a mina está perto de atingir a produção de 17 mil toneladas diárias, a maior parte de zinco e em menores quantidades de cobre e chumbo. Sete anos atrás, quando começou a ser explorada, a produção era de 2,5 mil toneladas. Se novas áreas não forem abertas, Cerro Lindo deve-se esgotar em 2025.

Centro da terra. Após uma hora e meia percorrendo essa estrada de paisagem quase lunar, inicia-se a viagem ao centro da terra. A mina subterrânea tem mais de 300 metros de profundidade, divididos em túneis de 30 metros de altura. Lá embaixo é uma verdadeira cidade, com ruas, refeitórios, vestiários e banheiros e até congestionamentos. Por esse labirinto escuro e úmido circulam dezenas de picapes com tração 4x4, máquinas que fragmentam as rochas depois de detonadas e caminhões que carregam os minerais brutos à superfície.

Grande parte dessa linha de desmontagem do subsolo é mecanizada. Já na superfície, esses fragmentos de rocha são levados por uma esteira até uma usina, onde ocorre a separação dos metais - zinco, cobre e chumbo - por meio de reações químicas. Todo o processo, da extração dos metais até o carregamento dos caminhões e o desembarque no porto, é monitorado por câmeras. Das salas de controle em Cerro Lindo e no escritório da companhia em Lima, é possível obter informações exatas sobre a produção.

Ao todo, trabalham na mina 2,4 mil pessoas, dos quais 580 da Milpo e o restante terceirizado. São dois turnos de operação, sem sábado ou domingo. Os trabalhadores ficam 14 dias na mina e depois retornam para as suas casas. O nível mínimo de escolaridade exigido é o secundário completo. O salário de um ajudante, a função mais básica, é US\$ 800 mensais.

Segundo o diretor-presidente da Votorantim Metais, Tito Martins, os custos de produção no Peru são muito competitivos, especialmente em Cerro Lindo, por causa da facilidade de logística de transporte e da menor extensão geográfica. Além disso, observa, "o país tem regras claras e estáveis para o setor mineral e um ambiente de negócios muito bom em diversos setores".

Desde 2004 no Peru, quando comprou a Milpo da unidade de zinco metálico Cajamarquilla por US\$ 210 milhões, a Votorantim Metais desembolsou US\$ 420

milhões para assumir o controle da mina em agosto de 2010. A estratégia da empresa é crescer em metais básicos e, em particular, na mineração e metalurgia de zinco, que é usado na galvanização.

Mas, com a queda dos preços das commodities minerais, o cenário está mudando. Aumentar a produção mantendo a qualidade é uma espécie de seguro contra os preços baixos porque o custo da exploração diminui.

Em recente reportagem publicada no jornal peruano *Gestión*, o gerente-geral da Milpo, Víctor Gobitz, assinalou que a empresa pretende neste ano otimizar a produção das minas em operação. Cerro Lindo, que segundo a reportagem faturou no ano passado US\$ 476 milhões e respondeu por 66% da receita da companhia, deve receber a maior parte dos investimentos, projetados entre US\$ 80 milhões e US\$ 100 milhões.

5-05/05/2014

PM prende dois por crime ambiental em Planaltina, no DF

Um dos suspeitos estava retirando recursos minerais sem autorização. Ele e o dono da propriedade, no Núcleo Rural Rajadinha, foram detidos.

Do G1 DF

Dois homens foram presos neste sábado (3) enquanto retiravam cascalhos, sem autorização, em uma área do Núcleo Rural Rajadinha, em Planaltina, no Distrito Federal. A extração de material se recursos naturais sem permissão é considerado crime ambiental.

Segundo a Polícia Militar, integrantes do Grupo Tático Ambiental viram um homem em um trator retirando cascalho em uma chácara no local. A corporação entrou em contato com o dono da propriedade, que informou não ter a autorização.

Os dois foram encaminhados para a delegacia e foram autuados pelo crime de extração irregular de recursos minerais. Caso sejam condenados, eles podem ter de cumprir pena de seis meses a um ano e pagar multa.

6-05/05/2014

FEAM ASSINA PROTOCOLO COM EMPRESA PORTUGUESA DA ÁREA DE MINERAÇÃO

A Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) e a Empresa de Desenvolvimento Mineiro SA (EDM), de Portugal, assinaram protocolo de intenções a fim de estabelecer cooperação técnica, científica e de inovação tecnológica em diversas áreas. A assinatura aconteceu durante o Encontro Técnico sobre Reabilitação Ambiental de Antigos Territórios Minerários.

O protocolo prevê, principalmente, a transferência de tecnologia e intercâmbio de experiências nas áreas de meio ambiente, especialmente na reabilitação de áreas

degradadas pela MINERAÇÃO. "Esse é um momento especial onde temos a oportunidade de conhecer um pouco mais da experiência da EDM. A Feam já vem aprendendo bastante com a empresa em viagens e estágios técnicos realizados em Portugal e, agora, com a assinatura do protocolo, teremos a oportunidade de aprofundarmos ainda mais a troca de experiências", disse a presidente da Feam, Zuleika Stela ChiacchioTorquetti.

A celebração do acordo foi idealizada tendo em vista a competência da Feam no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a proteção da qualidade ambiental e na reabilitação de áreas degradadas, além da importância da atividade de MINERAÇÃO no Estado, em consonância com a missão da EDM em recuperar ambientalmente antigas áreas minerárias degradadas pela exploração de recursos naturais.

O protocolo terá prazo de vigência de quatro anos, podendo ser prorrogado.

Fonte: Diário Oficial dos Municípios – MG

7-05/05/2014

AUSTRALIANA INVESTIRÁ R\$ 600 MILHÕES EM MINA EM ITABIRITO

Meta da empresa é produzir 8 milhões de toneladas/ano

A mineradora australiana South American Ferro Metals (SAFM) investirá R\$ 600 milhões na extração de minério de ferro em Itabirito, na região Central do Estado. Os aportes serão feitos na ampliação da mina Ponto Verde e deverão ser concluídos em 2016.

Com as inversões, a capacidade de produção do complexo minerário passará de 1,5 milhão de toneladas de minério ROM (runof mine) para 8 milhões de toneladas anuais. Na quarta-feira, a companhia assinou o protocolo de intenções do projeto junto ao governo estadual, por meio do Instituto de Desenvolvimento Integrado (Indi), vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede).

De acordo com o diretor administrativo e comercial da SAFM, Eduardo Freitas, o próximo passo será a obtenção da licença de instalação do empreendimento. Ele estima que a autorização deverá ser liberada no segundo semestre deste ano.

Financiamento - Já o início das obras para a expansão do complexo minerário deverá ocorrer somente na segunda metade de 2015. Freitas explica que a empresa está finalizando os estudos econômicos do projeto e irá buscar financiamento no mercado para dar andamento à expansão. Os recursos deverão vir tanto de bancos privados, quanto de instituições de fomento, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Com a expansão, o número de empregos na mina deverá passar dos atuais 240 postos de trabalho para de 600 a 700 vagas. Segundo o executivo, a conclusão do empreendimento deverá ocorrer entre o fim de 2016 e início de 2017.

De acordo com Freitas, a mineradora pretende destinar boa parte da produção para o mercado internacional. O insumo siderúrgico deverá ser embarcado através do porto de Sepetiba, no litoral fluminense.

Fonte: Diário do Comércio

8-05/05/2014

AUTARQUIA PÕE NOVOS PROJETOS À DISPOSIÇÃO DO SETOR MINERAL

No total, há 33 novos produtos em fase de lançamento ou finalização com objetivo comum de incentivar pesquisa mineral no País

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) acaba de lançar seis novos projetos de levantamentos aerogeofísicos. Além disso, mais 16 projetos serão colocados à disposição do setor mineral brasileiro ainda este ano e uma leva de 11 projetos se encontra em fase de finalização com previsão de lançamento para o próximo ano. No total, são 33 novos produtos que buscam incentivar a pesquisa mineral no País. Os levantamentos estão a venda em nossa página na Internet.

Os projetos Sudeste de Mato Grosso, Serra dos Caiabis, Catrimani-Araça, Centro-Leste de Roraima, Sudeste de Roraima, Paraná-Santa Catarina, foram executados pela Divisão de Geofísica da CPRM, no âmbito do programa Geologia do Brasil, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“Esses levantamentos fazem parte de um ousado conjunto de ações de políticas públicas do governo que retomou os levantamentos geológicos e geofísicos básicos no país. Eles buscam o desenvolvimento de um novo ciclo de geração de jazidas minerais”, destaca o diretor-presidente da CPRM, Manoel Barretto. De acordo com Barretto 98% do embasamento cristalino já está coberto pelos novos levantamentos da CPRM.

Maria Laura Azevedo, chefe da Divisão de Geofísica, explica que os levantamentos utilizaram os métodos de aeromagnetometria e aerogamaespectrometria de alta resolução, em linhas de voo com espaçamento de 500 metros e a aeronave sobrevoando as áreas a uma altura de 100 metros. Segundo ela, o objetivo dos projetos aerogeofísicos é “auxiliar o mapeamento geológico e selecionar alvos para prospecção mineral.”

Maria Laura lembra ainda que, os dados gerados pelos levantamentos aerogeofísicos estão sendo utilizadas pela CPRM intensivamente na interpretação e integração de cartas geofísicas-geológicas. O chefe do Departamento de Recursos Minerais da CPRM, Francisco Valdir Silveira, elogia a qualidade dos produtos executados pela equipe de

geofísica. “Esses estudos são ferramentas essenciais para nortear o aporte de recursos pelas empresas de mineração em seus programas de pesquisa mineral.”

Fonte: Serviço Geológico do Brasil

9-05/05/2014

ARCELOR MITTAL CONCLUI TROCA DE ATIVOS COM A BEKAERT

Acordo firmado entre as duas empresas envolve unidades no Brasil, Costa Rica e Equador

A Arcelor Mittal, maior grupo siderúrgico do mundo, e o Bekaert Group anunciaram na quarta-feira a conclusão do plano para troca de participações em vários ativos no segmento de arames e trefilados no Brasil, Costa Rica e Equador, como parte de uma expansão na parceria dos grupos que já dura quatro décadas na América Latina.

Sob o acordo, a ArcelorMittal vai transferir para a empresa belga sua participação de 55% em uma fábrica de cabos em São Paulo, a Bekaert Cimaf Cabos, continuando a fornecer arames para cabos produzidos pela empresa.

Além disso, a ArcelorMittal ingressará no segmento de trefilaria no Equador, assumindo participação de 27% na Ideal Alambrec, controlada pela Bekaert, disse Augusto Espeschit de Almeida, presidente-executivo da Belgo Bekaert Arames (BBA), a parceria mantida pelas empresas no Brasil.

Na Costa Rica, ambas as empresas concordaram em dividir uma nova fábrica de produtos trefilados, com a Bekaert ficando com 73% de participação e a ArcelorMittal com o restante. A gigante siderúrgica fornecerá para as operações costa-riquenhas fio-máquina produzido inicialmente em Minas Gerais e depois pela unidade em Trinidad & Tobago.

A construção da nova fábrica de trefilados na Costa Rica envolve investimentos de cerca de US\$ 20 milhões e deve iniciar operação no fim de agosto deste ano, disse Almeida.

O acordo de troca de ativos não envolve desembolso de caixa. O plano permitirá às empresas atingirem mais clientes nas Américas do Sul e Central, especialmente em mercados como construção, mineração e agricultura.

O plano permitirá às empresas atingirem mais clientes nas Américas do Sul e Central, especialmente em mercados como construção, mineração e agricultura.

Fonte: Brasil Econômico

10-05/05/2014

PAN AMERICAN COMPRA URUGUAIA EXUMER

A canadense Pan-American, produtora de fertilizantes, divulgou no dia 1 a compra de 100% dos direitos da Exumer Corporation, como parte da expansão de suas operações para o Uruguai. O objetivo da empresa é aumentar a participação no mercado de fertilizantes da América do Sul. A mineradora é proprietária do projeto CalciumSulphate, onde faz a extração de sulfato de cálcio em uma mina a céu aberto na Argentina. “Estamos ansiosos para operar em um país voltado para o negócio agrícola, tal como é o Uruguai, e acreditamos que este é um passo significativo para a expansão da nossa marca”, afirmou o CEO da empresa, Randy Wright.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

11-05/05/2014

PUBLICAÇÃO REÚNE PRINCIPAIS PROJETOS E INOVAÇÕES DO CETEM

Obra apresenta uma seleção de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação feitos pelo Centro de Tecnologia Mineral

O Centro de Tecnologia Mineral (Cetem/MCTI) lançou a publicação Cetem 35 Anos – Criatividade e Inovação. A obra apresenta uma seleção de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) realizados pela instituição ao longo de sua existência e que, em sua maioria, geraram inovações para pequenas, médias e grandes empresas do setor mineral.

Os 57 projetos selecionados estão organizados em três partes: Década de 80, Década de 90 e Novo Milênio. Os textos de seus resumos ilustram: os problemas apresentados pelas empresas, por outros órgãos governamentais ou para atender às necessidades de pequenas comunidades; os desafios enfrentados para solucionar os problemas; as diversificadas estratégias aplicadas para o desenvolvimento dos projetos; seus principais resultados e os benefícios gerados.

Os resumos permitem apreciar a variedade de tecnologias (novas e incrementais) desenvolvidas pelo corpo de pesquisadores do Cetem, para atender às demandas e resolver, de forma inovadora, as dificuldades industriais – sobretudo àquelas relacionadas às etapas de processamento mineral e metalurgia extrativa – e aos anseios de comunidades, em diferentes regiões de nosso território. Foram incluídos, ainda, os esforços para a solução de problemas de gestão tecnológica e ambiental em arranjos produtivos locais (APLs) de base mineral, experiência que fundamenta um amplo programa nacional de assistência tecnológica às pequenas empresas e mineradores artesanais.

"O rico mosaico de projetos mostra a multiplicidade de capacitações e competências necessárias, bem como a importância do relacionamento interinstitucional e das parcerias estabelecidas, na geração de inovações tecnológicas. Certamente evidencia o desempenho do Cetem como uma instituição de excelência na área mineral", afirma o diretor Fernando Lins.

A publicação pode ser pedida à biblioteca do Cetem por e-mail. Versão eletrônica para download gratuito será disponibilizada no site do centro. A obra foi lançada na terça-feira (29), durante a celebração do aniversário da instituição.

Sobre o Cetem

O Centro de Tecnologia Mineral, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), atua no desenvolvimento de tecnologia para o uso sustentável dos recursos minerais brasileiros, com foco na inovação tecnológica para o setor minerometalúrgico.

Os benefícios advindos das pesquisas realizadas no Centro são, ainda, utilizados em prol da sociedade brasileira, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do País. No âmbito do governo federal e do MCTI, o Cetem é a única unidade de pesquisa dedicada à tecnologia mineral e ao meio ambiente.

A instituição está situada em uma área de 60.000 m², sendo 21.000 m² de área construída, no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Ilha da Cidade Universitária. Esse espaço reúne 18 laboratórios e quatro usinas-piloto, além de uma biblioteca especializada.

Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Centro de Tecnologia Mineral

12-05/05/2014

SBE PROMOVE O SEMINÁRIO “CAVERNAS EM FERRO” EM BELO HORIZONTE (MG)

A Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) promove, no próximo dia 7 de maio, em Belo Horizonte (MG), o Seminário Cavernas em Ferro. O evento tem como objetivo fomentar o debate sobre o patrimônio espeleológico associado ao minério de ferro, com apresentação de especialistas com diferentes visões sobre o tema, seguidas de debate. O seminário também servirá como preparação e integração dos temas para um livro que está sendo organizado pela SBE.

Segundo o Diretor de Assuntos Ambientais do **IBRAM**, Rinaldo Mancin, “esse evento tem elevada importância, pois gera discussão sobre um tema de alta relevância para o setor mineral brasileiro”. “O IBRAM gostaria de estimular a participação de todas as empresas com conhecimento na temática da discussão”, completa.

Entre os temas abordados no seminário estão: publicação sobre o patrimônio espeleológico associado ao ferro - apresentação do projeto da publicação, metodologia e objetivos; introdução, histórico e importância da espeleologia nacional; inventário do patrimônio espeleológico nacional; proteção do patrimônio espeleológico nacional; valor cênico, turismo e religião no Quadrilátero Ferrífero; formações ferríferas e itabiritos; importância econômica do ferro; gênese e desenvolvimento de cavernas em ferro; geoespeleologia das cavernas em ferro; bioespeleologia associada às cavernas em ferro e registro paleontológico associado às cavernas em ferro; arqueologia nas Cavernas Ferruginosas.

O evento é gratuito, não sendo necessário efetuar inscrições prévias.

Serviço:

Data: 7 de maio de 2014

Local: Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG – Rua Gustavo da Silveira, 1035, Santa Inês - Belo Horizonte MG

Horário: 9 às 17 horas

Mais informações: <http://www.sbe.com.br/>

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto

13-05/05/2014

INSCRIÇÕES PARA JOVEM APRENDIZ NA VALE COMEÇAM DIA 6 DE MAIO NO PARÁ

As inscrições para o Programa Jovem Aprendiz na Vale estarão abertas de 6 a 11 de maio. As vagas disponíveis são para as áreas administrativas e operacionais nos municípios de Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Ourilândia do Norte(PA). Os interessados podem se inscrever no www.vale.com/oportunidades.

Para participar do Programa, os candidatos devem ter ensino médio completo e idade entre 18 e 22 anos. Não é necessária experiência anterior nestas áreas. O Programa Jovem Aprendiz tem por objetivo preparar jovens para o mercado de trabalho.

O processo seletivo será dividido em seis etapas, todas eliminatórias: análise de documentos, prova online de português e matemática, entrevista coletiva, dinâmica de grupo, avaliação psicológica e exames médicos. As aulas têm início previsto para julho de 2014.

O Programa Jovem Aprendiz é dividido em duas fases: teórica e prática. A primeira terá duração de 5 a 17 meses, de acordo com a formação escolhida, com carga horária de

quatro horas por dia. A segunda etapa acontece em áreas operacionais da Vale, como Carajás, Sossego, Salobo, Serra Leste e Onça Puma.

Nesta etapa, os aprendizes têm a oportunidade de aplicar os conteúdos vistos na sala de aula. Os selecionados terão direito a assistência médica, seguro de vida e vale transporte. Além disso, o programa oferece bolsa de auxílio no valor de R\$ 462,78 na fase teórica e R\$ 791 na fase prática.

Fonte: Vale

14-06/05/2014

PUBLICAÇÃO SOBRE SETOR MINERAL É LANÇADA EM CANAÃ DOS CARAJÁS E PARAUPEBAS

O Sindicato das Indústrias Minerárias do Estado do Pará (Simineral) dá sequência aos lançamentos presenciais do Anuário Mineral do Pará 2014 no interior do Estado. Hoje ocorre o lançamento em Canaã dos Carajás, na Casa da Cultura e amanhã a publicação é lançada em Parauapebas, no auditório da prefeitura local. Os eventos contarão com a presença do presidente do Simineral, José Fernando Gomes Júnior, representantes do setor produtivo e autoridades locais.

Segundo José Fernando Gomes Júnior os lançamentos presenciais nos municípios paraenses tem o objetivo de levar para a sociedade em geral informações sobre o setor, mostrando sua significativa contribuição econômica e social para o estado. Estamos pelo terceiro ano consecutivo minerando pelo Pará, com o intuito de difundir as informações sobre o setor mineral para que a população se aproprie desse conhecimento e entenda o quanto a mineração está presente no seu cotidiano e de que forma essa atividade vem contribuindo para o desenvolvimento do estado, afirma o executivo.

Com foco na sustentabilidade e responsabilidade social, a publicação traz como tema Mineração sustentável. Um legado para nossa gente?. A edição deste ano é bilíngue (português/inglês), trazendo uma radiografia completa da mineração paraense, apresentando ao público o desempenho do setor mineral na balança comercial, saldo das exportações, geração de empregos, projetos de responsabilidade social, ações de sustentabilidade e participação das mulheres na mineração.

No sudeste paraense, o S11D destaca-se como o maior empreendimento de mineração de ferro do mundo. Localizado aos pés do lado sul da Serra de Carajás, no sudeste paraense, que se estende por oito municípios do Estado, o S11D será o primeiro projeto instalado na parte sul. O Corpo S11 deste pedaço de serra tem potencial mineral de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sendo que só o bloco D, isoladamente, possui reservas de mais de 4 bilhões de toneladas métricas. Devido a essa localização, o projeto recebe o nome de S11D.

Crescimento

Quando estiver em pleno funcionamento, previsto para 2016, o empreendimento irá gerar mais de três mil empregos diretos e produzirá 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, quase o equivalente à produção total das cinco minas a céu aberto que a Vale possui na Serra Norte. Com essa produção, em conjunto com os demais empreendimentos da empresa no local, o S11D elevará a região ao mesmo patamar de importância do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. A previsão é que, em 2018, a produção total de minério de ferro da Vale no Pará chegue as 230 milhões de toneladas por ano.

Segundo levantamento do Simineral, dos US\$ 15,8 bilhões em exportações totais do Pará em 2013, as indústrias de mineração e transformação mineral responderam por 88% deste valor. Juntas exportaram US\$ 13,9 bilhões, fazendo do setor mineral o grande vetor de crescimento do comércio exterior paraense. O segmento também continua sendo um dos maiores geradores de emprego. No ano passado, o segmento gerou 271 mil empregos diretos e indiretos no Pará, em 2013. Conforme o sindicato há uma demanda de 99 mil novos postos de trabalho por conta da expansão e instalação de novos projetos minerais no estado.

Fonte: O Liberal

15-06/05/2014

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA CURSO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS DE MINERAÇÃO

O Instituto de Educação Tecnológica (Ietec) está com inscrições abertas para o curso de Avaliação Econômica de Projetos de Mineração, de 19 a 21 de maio. O curso visa dar informações que capacitem os profissionais para utilização de técnicas e metodologia da economia aplicada à avaliação econômica de projetos de mineração. Além de prover os participantes da fundamentação conceitual, técnica e prática para avaliação econômica de projetos de mineração.

Fonte: IETEC

16-06/05/2014

HYDRO DIVULGA RESULTADO DO 1º TRIMESTRE DE 2014

O lucro operacional ajustado antes de juros e impostos (EBIT) aumentou para R\$ 299 milhões no primeiro trimestre de 2014 em comparação com os R\$ 176 milhões do quarto trimestre de 2013. O resultado foi influenciado por volumes de vendas sazonais mais altos e melhor produção de energia na Noruega.

“Observamos sinais de melhora na indústria do alumínio, pois a demanda de alumínio fora da China continua excedendo a produção. Com base no aumento do uso de alumínio em automóveis e na demanda crescente de metal reciclado, estamos investindo em nossos negócios de laminados na Alemanha, a fim de expandir nossa capacidade automotiva e de reciclagem. Ao mesmo tempo, nossos esforços contínuos de melhoria operacional continuam com força total em todas as áreas”, disse o presidente-executivo da Hydro, Svein Richard Brandtzæg.

O lucro operacional da área de negócios Bauxita & Alumina teve alta em comparação com o quarto trimestre de 2013, porém continuou negativo em R\$ 112 milhões. A produção de alumina na refinaria Hydro Alunorte esteve estável, embora os custos do combustível tenham aumentado em decorrência da introdução de ICMS sobre óleo combustível a partir de 1º de fevereiro deste ano.

"A produção de alumina se recuperou e se estabilizou depois dos problemas enfrentados pela refinaria no ano passado. Muitos indicadores apontam na direção certa agora, tanto na Alunorte como na mina de bauxita Paragominas, e estamos confiantes de que a experiência ganhada tornará as operações mais robustas”, disse Brandtzæg.

O fluxo de caixa operacional teve um resultado negativo de R\$ 291 milhões no primeiro trimestre, impactado pelo aumento sazonal de capital de trabalho e pagamento de impostos relacionados com uma ação fiscal na Noruega. O fluxo de caixa líquido utilizado para atividades de investimentos somou R\$ 230 milhões. A posição de dívida líquida da Hydro era de aproximadamente R\$ 230 milhões no final do primeiro trimestre.

Presença local

Ao assumir as operações de alumínio no Pará, em 2011, a Hydro passou a contar com a única cadeia mineral verticalizada no estado. As atividades vão desde a lavra de bauxita, realizada pela Hydro Paragominas, seguida do refino da alumina na Hydro Alunorte, em Barcarena, e a produção de metal primário pela Albras, também localizada em Barcarena. Atualmente o grupo gera 8.500 empregos diretos e indiretos no estado, também tendo importante participação na economia paraense com compras anuais por volta de R\$ 600 milhões.

Uma recente indicação da relevância das operações no Pará para a companhia de alumínio de origem norueguesa foi a nomeação do brasileiro Alberto Fabrini, atualmente responsável pelas operações da mina e da refinaria da empresa, para vice-presidente executivo da multinacional. Ao assumir a nova posição em primeiro de junho, Fabrini será o primeiro não europeu a integrar a alta administração da empresa, permanecendo sediado no estado.

Fonte: Assessoria

17-06/05/2014

AÇO FAZ DEMANDA POR VANÁDIO AUMENTAR 6% AO ANO

O aço continuará impulsionando a produção de vanádio, com um aumento de 6% na taxa composta de crescimento anual (CAGR). A afirmação partiu de Jack Bedder, analista sênior da Roskill, durante a MinorMetals Trade Association Conference, realizada em Londres na semana passada. No Brasil, a LargoResources antecipou a produção do projeto Vanádio de Maracás, na Bahia, que será iniciada este ano.

Durante o evento, o analista falou sobre os principais motores do crescimento contínuo, como o aumento da procura de vanádio de alta resistência em aço de baixa liga, em inglês High-strength low-alloy steel (HSLA), que cresce rapidamente.

Segundo Bedder, esse crescimento está ligado às grandes siderúrgicas, que oferecem uma ampla gama de produtos de aço de qualidade superior e aos regulamentos de construção mais rigorosos da China, que exigem maior concentração de vanádio nos vergalhões.

De acordo com Bedder, após uma sequência de grandes terremotos em 2008 que causaram mortes e graves danos estruturais, a China se propôs a alterar os regulamentos de construção no país em 2010 e 2011. Embora, desde 2006, o consumo de vanádio na China ter dobrado, a demanda no país não aumentou consideravelmente após a implementação dessas políticas.

“Os produtores de vergalhões existentes foram autorizados a encerrar gradualmente a produção e vender suas ações”, afirmou Bedder. O analista disse que o aumento dessa tendência no setor de construção da China, no entanto, pode levar a um aumento na demanda.

Segundo Bedder, o consumo global de vanádio em relação ao aço bruto varia de 31 gramas por mil toneladas de aço (31g/kt) na Índia; 37g/kt na China; 73g/kt na Europa; e 93g/kt na América do Norte. A indústria global do aço é responsável por cerca de 90% da demanda de vanádio, uma tendência que deverá continuar segundo o analista.

“Espera-se que, no futuro, os países com as taxas de consumo mais baixas sigam o exemplo da China e invistam em padrões mais elevados de vergalhões”, disse Bedder.

No mês passado, a LargoResources afirmou que a produção no projeto Vanádio de Maracás, na Bahia, começará após a conclusão do comissionamento e do aquecimento do forno. A mineradora não divulgou a data da primeira produção na planta, mas disse que começará antes do previsto, que é para até o final de 2014.

A Largo recebeu a concessão definitiva de lavra para o projeto em janeiro deste ano. A outorga está condicionada ao cumprimento da produção anual de 960 mil toneladas de ROM e 9,5 mil toneladas de pentóxido de vanádio (V₂O₅) até o quinto ano de produção da empresa.

O projeto tem previsão de produção média de 11,4 mil toneladas de óxido de vanádio equivalente por ano, com a produção inicial em 5,1 mil toneladas em 2014.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

18-06/05/2014

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O CONGRESSO BRASILEIRO DO AÇO

A Indústria Nacional – Competitividade Sistêmica, Desafios da Indústria do Aço, Economia Mundial e Perspectivas – Cenário e Tendências e Excesso de Capacidade e a Nova Geopolítica do Aço serão os temas centrais dos debates da 25ª edição do Congresso Brasileiro do Aço, nos dias 12 e 13/08, no Complexo WTC, em São Paulo.

O Instituto Aço Brasil volta a realizar o evento em SP após passar pelo RJ, quando comemorou seu 50º aniversário. Palestrantes nacionais e internacionais, representantes da cadeia sidero-metalúrgica, do Governo, academia e imprensa debaterão os rumos do setor. Informações sobre inscrição e hospedagem já estão publicadas no site.

Na última edição, cerca de 600 congressistas participaram do evento, que teve a participação do Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani, e dos professores de Harvard, Carmen Reinhart e Dani Rodrik, além de outras autoridades e personalidades do setor. Mais de 50 jornalistas, representando cerca de 30 veículos, estiveram na cobertura do evento.

Aproveite e inscreva-se em: www.acobrasil.org.br/congresso2014

Mais informações: Tel.: 21 2524-6917 / Fax : 21 2262-2234

E-mail: eventos@acobrasil.org.br

19-06/05/2014

Aumento na atividade de mineradoras em MS preocupa Ministério Público Federal

Preocupado com os danos ambientais que as atividades de mineração em Corumbá podem causar, o Ministério Público Federal (MPF) encaminhou ofício ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) questionando as condicionantes ambientais impostas à empresa para a concessão que autoriza as atividades.

“A expansão do setor representa inegável benefício econômico e social para a região, mas os danos ambientais causados são irreparáveis. O licenciamento não deve se preocupar apenas em reduzir os impactos imediatos da obra, mas também deve prever medidas para reverter ou compensar os danos causados à comunidade”, defende o MPF.

Segundo a instituição, sedimentos carreados pela chuva; interferência na qualidade da água; incômodos pela movimentação de caminhões; alteração de paisagem; e a potencialização dos níveis de ruído são alguns dos prejuízos que afetam os moradores e “precisam ser compensados”.

No Brasil, há exemplo recente onde o IBAMA impôs condicionantes ao licenciamento ambiental que nem de longe se verificam nos casos de licenciamento das atividades mineradoras em Corumbá e região. No licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), o IBAMA impôs 40 condicionantes abrangendo questões relativas à qualidade da água, fauna, saneamento básico, população atingida, compensações sociais e recuperação de áreas já degradadas, entre outras.

“Respeitadas as devidas proporções, Corumbá vive um momento de licenciamento ambiental do que pode ser considerada a 'Belo Monte do Pantanal', dado o impacto ambiental relacionado à expansão simultânea das atividades das mineradoras”.

Para compensação dos danos, o MPF sugere ao IBAMA a aplicação de condicionantes socioambientais semelhantes às impostas, pelo próprio órgão, à Usina de Belo Monte, como a construção de escolas, casas populares, postos de saúde e projetos de saneamento básico, abastecimento de água e transporte público.

Impactos cumulativos

No ofício encaminhado, o MPF questiona, dentre outras coisas, quais foram as condicionantes do licenciamento ambiental propostas pelo IBAMA e se o órgão buscou definir condicionantes semelhantes ao do licenciamento da Usina de Belo Monte, de modo a compensar, e não só mitigar, os impactos causados pela expansão das mineradoras.

O documento remetido ao IBAMA tem prazo de 10 dias para manifestação.

(Com informações do Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul).

20-06/05/2014

Relator busca acordo com o governo para votar novo Código de Mineração

Leonardo Quintão: reunião com ministros poderá concluir a negociação do projeto com o governo.

O relator do projeto que cria o novo Código de Mineração, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG), busca acordo com o governo federal para votar a proposta. Uma reunião com ministros para tratar do assunto pode acontecer nesta semana.

O relatório de Leonardo Quintão já foi apresentado à comissão especial que analisa o novo Código de Mineração. As divergências com o governo em torno do projeto devem-se às modificações feitas ao texto original. O projeto do governo (PL 5807/13), que tinha 59 artigos, recebeu um substitutivo com 130 artigos.

Leonardo Quintão espera que os pontos de discordância sejam resolvidos em breve. "Não houve nenhuma contestação do relatório por parte dos deputados. Agora, por parte do governo federal, estou ainda esperando uma reunião com os ministros Edison Lobão [Minas e **Energia**], Aloizio Mercadante [Casa Civil] e Ricardo Berzoini [Relações Institucionais], para que a gente possa finalizar a negociação", disse o relator.

Impasse sobre royalties

Um dos pontos de divergência com o Poder Executivo é a definição das alíquotas da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que funciona como os royalties da mineração. O governo quer fazer a distribuição por decreto, definindo unilateralmente o valor da alíquota. Já o setor produtivo, estados e municípios desejam que a alíquota esteja definida na lei que for aprovada.

Leonardo Quintão disse que a definição em lei é fundamental para o planejamento **financeiro** das empresas mineradoras, que pagam os royalties; e dos municípios e estados, que os recebem.

Agência reguladora

Segundo o relator, também falta acordo sobre a forma de funcionamento da agência reguladora do setor. "O outro ponto que o governo também não concorda é que nós estabelecemos que a Agência [Nacional] de Mineração deve ser uma agência estruturada dentro da Lei das Agências e já, de imediato, com orçamento preestabelecido e com organograma de trabalho", afirmou Quintão.

Pesquisa mineral

O Poder Executivo ainda discorda da forma como o relator prevê que será conduzida a fase de pesquisa e prospecção mineral. O governo quer que a pesquisa seja feita por meio de chamada pública de empresas, enquanto o relator defende uma fórmula que permite prioridade na exploração a quem descobrir novas jazidas. Quintão acredita que a chamada pública beneficiará apenas grandes mineradoras, prejudicando os pequenos e médios empreendedores.

A reunião do relator do novo Código de Mineração com os ministros estava inicialmente prevista para a semana passada, mas foi desmarcada a pedido do ministro Edison Lobão.

Fonte: TV Camara

21-06/05/2014

Inscrições abertas para Jovem Aprendiz na Kinross

Renan Abbade

A partir desta segunda-feira (5), a Kinross abre as inscrições para o Programa Jovem Aprendiz da Kinross, realizado em parceria com o Senai.

Com dois anos de duração, o curso "Aprendizagem Industrial em Manutenção de

Equipamentos de Mineração” será dividido em aulas teóricas (18 meses), ministradas no Senai, e aulas práticas (seis meses), realizadas na Kinross.

Serão oferecidas 20 vagas e as inscrições devem ser realizadas até o dia 15 de maio no Senai Paracatu, localizado na rua Afrânio Salustiano Pereira, nº 201, Bela Vista, em Paracatu (MG).

O processo seletivo inclui avaliação do perfil, prova de conhecimentos básicos e entrevista. Jovens que nasceram entre junho de 1994 e junho de 1997 e estão cursando ou já concluíram o ensino médio podem se inscrever para o programa, que inclui pessoas com deficiência. Os documentos necessários são cópia da carteira de identidade e comprovante de escolaridade.

É a primeira turma de Jovem Aprendiz da Kinross neste formato – a grade curricular foi elaborada de acordo com as necessidades técnicas da empresa e as aulas práticas serão ministradas na planta industrial. Até o ano passado, a empresa participava do programa Jovem Aprendiz como parceira do Senai em módulos mistos com aulas elaboradas para atender a diversas empresas.

O objetivo é oferecer a jovens e adolescentes uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho, com formação teórica e prática assistida e orientada, sem prejuízo da formação escolar. Os alunos serão potenciais candidatos a vagas efetivas na empresa.

Entre as habilidades ensinadas estão: executar manutenção em máquinas industriais, equipamentos móveis e conjuntos eletromecânicos, hidráulicos e pneumáticos; utilizar máquinas operatrizes; aplicar técnicas de soldagem, normas técnicas, segurança no trabalho e questões referentes à sustentabilidade.

O curso será no período da tarde, de segunda-feira a sexta-feira, e a remuneração é composta pela bolsa Aprendiz e todos os benefícios oferecidos pela Kinross.

Ser curioso, interessado no funcionamento das máquinas, organizado e empenhado em descobrir soluções são características importantes para quem quer ser aprendiz em manutenção.

Mais detalhes podem ser obtidos por meio do telefone (38) 3671-9035.

22-06/05/2014

Financial Times': Rio Tinto acusa Vale de conspiração em disputa por Simandou

Empresa anglo-australiana entrou com ação em Nova York contra a brasileira
Jornal do Brasil

O Financial Times falou na última sexta-feira (2) sobre a batalha entre o grupo anglo-australiano Rio Tinto e a brasileira Vale, as duas maiores empresas de minério de ferro no mercado mundial, pelo depósito guineense que o jornal classifica como um “tesouro de minerais”. De acordo com o Financial Times, uma ação da Rio Tinto alegando ter sido enganada pela Vale lança uma luz sobre a disputa.

O jornal conta que a empresa anglo-australiana apresentou a ação em Nova York na última quarta-feira (30), alegando que a Vale teria conspirado com BenySteinmetz e a BSG Resources para tirar parte dos direitos da Rio Tinto sobre o depósito de ferro na Guiné.

A Rio Tinto teria obtido a concessão de Simandou em 1997 e ao longo dos 11 anos seguintes alegaria ter investido centenas de milhões na exploração. De acordo com o processo que o Financial Times aborda, em agosto de 2008 a empresa entrou em negociações com a Vale e permitiu o acesso à “informações altamente confidenciais e de propriedade”. Essas informações teriam sido indevidamente divulgadas para a BSGR como parte de um esforço conjunto para arrebatar um pedaço de Simandou de forma ilícita.

O jornal lembra que em dezembro de 2008, direitos de concessão da Rio Tinto foram transferidos pelo ex-presidente LansanaConté para que a BSGR, a mineradora do conglomerado de Steinmetz, obtivesse direitos de exploração da metade norte do depósito. Menos de 18 meses depois, a Vale anunciou um acordo para comprar uma participação de 51% dos ativos da BSGR da Guiné, quando ambas criaram a VBG em um acordo de US\$ 2,5 bilhões.

No último mês, o governo atual da Guiné retirou a licença da VBG de operar Simandou, após a determinação de que houve fraude na obtenção das licenças pela BSGR.

De acordo com o Financial Times, o porta-voa da BSGR e de Steinmetz negou as acusações de corrupção e na quarta-feira classificou o processo como algo “infundado”, além de ter sustentado que a Rio Tinto perdeu seus direitos na região por ter falhado ao demorar muito tempo para desenvolver Simandou.

O Financial Times lembra ainda de que a BSGR ofereceu em um comunicado de 2013 uma versão diferente dos acontecimentos. O grupo diz que após ter adquirido os direitos da metade norte de Simandou, se reuniu com três outros potenciais investidores – a autoridade de Investimento da Líbia e os grupos chineses Chinalco e Baosteel – antes de chegar ao fechamento do contrato com a Vale. A BSGR diz que foi abordada

pela Vale no início de 2010 e que a abordagem foi seguida por “semanas intensas de negociações”.

Na quinta-feira (1) a Vale se recusou a comentar o relato da BSGR, mas disse que realizou uma extensa coleta de dados antes do acordo e que recebeu dados de que a BSGR tinha obtido os direitos de mineração de forma lícita e sem quaisquer promessas ou pagamentos corruptos.

A Rio Tinto se queixa de que a suposta conspiração para tomar a parte norte de Simandou custou bilhões de dólares e buscando recuperar os danos em indenização a ser determinada em julgamento. Contudo, o Financial Times pontua que o prêmio final é ainda maior.

Rio Tinto e Vale possuem hoje dois dos depósitos de ferro mais importantes do mundo, respectivamente na Austrália e no Brasil. De acordo com analistas, poucos depósitos correspondem ao tamanho e qualidade de Simandou. Portanto, segundo a matéria do Financial Times, o controle de Simandou representaria uma posição dominante na indústria da mineração de ferro em gerações futuras.

23-06/05/2014

Funcionários de mineradora paralisam atividades no Maranhão

Alumar/Alcoa teria anunciado 500 demissões, segundo sindicato.

Entidade acusa mineradora de tentar reduzir produção para aumentar preço.

Aproximadamente 1.200 trabalhadores da Alumar/Alcoa paralisaram as atividades na manhã desta segunda-feira (5), na BR-135, na zona rural de São Luís, em protesto contra as 500 demissões que teriam sido anunciadas recentemente pela empresa, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos da capital maranhense.

O sindicato alega que o anúncio de desligamento de 250 cubas e demissão em massa de operadores aconteceu durante o período do ano em que eram discutidos os termos dos contratos coletivos de trabalho (data-base), no dia 28 de março. Segundo os trabalhadores, não houve repasse de reajustes ou negociações com a categoria.

“Em três audiências de mediação realizadas a pedido da categoria no Ministério Público do Trabalho, a empresa recusou todas as propostas de reversão das demissões e pedidos de esclarecimento apresentados”, informou o presidente José Maria Araújo.

Segundo José Maria, no dia 28 de abril, a empresa teria dado prazo de dois dias para que os trabalhadores aderissem a um programa de desligamento, que estaria oferecendo indenizações consideradas irrisórias em relação ao prejuízo econômico e social das demissões.

“Os empregados pressionados que assinaram o documento não podem ser responsabilizados como se houvessem pedido demissão, pois a iniciativa partiu da própria empresa 30 dias antes”, avaliou o presidente.

A diretoria do sindicato disse também que a medida de desligamento temporário de fornos e diminuição da produção de alumínio é uma estratégia da empresa, que estaria reduzindo produção e estoque do produto para aumentar o preço no mercado mundial.

"Não decorre de falência ou inviabilidade financeira da planta de São Luís. As cubas desligadas empregavam uma média de 90 pessoas, número bem inferior às 500 demissões que foram anunciadas, sendo que a empresa recebeu incentivos fiscais e contraiu empréstimos no BNDES”, alega.

Mineradora nega

Ao **G1**, a assessoria da Alumar/Alcoa negou que a empresa tenha anunciado demissões. Por meio de nota, afirmou que a unidade de produção em São Luis (MA) está operando normalmente e não foi impactada pela manifestação realizada na manhã desta segunda-feira. **Confira a íntegra da nota abaixo:**

A Alcoa informa que sua unidade de produção em São Luis (MA) está operando normalmente e não foi impactada pela manifestação realizada na manhã desta segunda-feira, 5 de maio, pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Maranhão (Sindmetal). A movimentação, que impossibilitou temporariamente o acesso dos ônibus que levam os funcionários até fábrica, já foi normalizada. É importante ressaltar que a Alcoa respeita o direito às manifestações, desde sejam mantidas as condições de segurança das pessoas, de seus ativos e o direito de ir e vir dos funcionários. A empresa sempre esteve e continua aberta ao diálogo com a entidade sindical.

Fonte: Do G1 MA

24-06/05/2014

CSN ganha mais de R\$ 50 milhões no trimestre

SÃO PAULO - (Atualizada às 9h08) A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) apresentou um lucro líquido atribuído aos sócios da empresa controladora (base para o pagamento de dividendos) de R\$ 55,334 milhões no primeiro trimestre de 2014, com alta de 102,5% ante o mesmo período do ano passado.

O lucro líquido consolidado foi de R\$ 52,096 milhões entre janeiro e março, ante R\$ 16,316 milhões um ano antes.

A receita líquida consolidada da empresa avançou 20%, para R\$ 4,37 bilhões, enquanto que os custos dos bens e serviços vendidos subiram em menor proporção no período — em 6,4%, para R\$ 3 bilhões.

O lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) ajustado chegou a R\$ 1,44 bilhão nos três primeiros meses do ano, com crescimento de 60% ante o mesmo intervalo de 2013. O avanço do lucro antes do resultado financeiro e dos tributos (Ebit) foi de 104,3%, para R\$ 820 milhões.

As vendas de aço da CSN caíram 10,3% no primeiro trimestre deste ano e totalizaram 1,39 milhão de toneladas. As receitas da empresa com a comercialização de aço somaram R\$ 3,13 bilhões, o que corresponde a 71,5% do total, ante 80,9% um ano antes.

Do total do volume vendido pela empresa, 73% foi destinado ao mercado interno, 25% pelas subsidiárias no exterior e 2% para exportação.

Em mineração, a CSN registrou a venda de 6,38 milhões de toneladas no primeiro trimestre do ano, aumento de 54% em relação ao mesmo período de 2013, sendo que 1% do total foi destinado para o mercado interno e 99% para o externo. O volume destinado ao consumo próprio da CSN somou 1,5 milhão de toneladas.

A receita líquida da empresa com mineração somou R\$ 1,247 bilhão de janeiro a março, 28,5% do total da companhia, bem acima dos 20,5% um ano antes.

25-07/05/2014

Siemens e Mitsubishi unem ativos de metalurgia

SÃO PAULO - A multinacional alemã Siemens anunciou nesta quarta-feira a união dos seus ativos de metalurgia com a japonesa Mitsubishi Heavy Industries. O empreendimento conjunto focará nos serviços e produtos voltados para os setores de mineração de ferro e de alumínio e também de siderurgia.

A joint venture será controlada pela asiática, com 51% de participação. Já a companhia alemã ficará com os 49% restantes, caso a transação de fato seja aprovada pelos órgãos reguladores e respectivos acionistas. A expectativa é que as operações se iniciem em janeiro de 2015.

De acordo com comunicado da Siemens, a parceria é resultado de um mercado mais desafiador nesses segmentos, bem como de pressão sobre os preços dos insumos vendidos pelos clientes das duas empresas nessas áreas. A nova companhia contará com cerca de 9 mil funcionários e terá estrutura enxuta.

Apesar de admitir que o foco do mercado de aço internacional mudou atualmente para a Ásia, por conta da China, as duas empresas revelaram que a sede do empreendimento conjunto ficará no Reino Unido. Mas ambas lembram que centros de pesquisa e distribuição na Europa Central e na Ásia tornam a presença regional da joint venture “bastante forte”.

26-07/05/2014

Logística é maior desafio em Simandou

Por **Ivo Ribeiro e Olivia Alonso | De São Paulo**

A mudança nas características do projeto de minério de ferro de Simandou, na Guiné, pode tornar o empreendimento mais desafiador do que antes, na avaliação do presidente da Vale, Murilo Ferreira. O que eleva a complexidade do projeto é a questão logística.

Os primeiros projetos desenhados pela companhia, no passado, previam o escoamento da produção por meio de uma ferrovia que cortaria a Libéria, país vizinho aonde seria possível fazer portos de águas profundas. No entanto, o presidente da Guiné, Alpha Conde, tem afirmado que o transporte e os embarques do minério têm que ser feitos pelo próprio país. "Ele prefere que todo o benefício econômico do processamento do minério seja da Guiné", afirmou Ferreira ao **Valor**.

O investimento e as dificuldades técnicas seriam menores se o escoamento pudesse ser feito pela Libéria, diz Ferreira. Para a saída pelo território da Guiné, será preciso construir um porto com pelo menos um acesso de 11 km mar adentro, disse o executivo, acrescentando que este "é quase o tamanho da ponte Rio Niterói". "O projeto é muito desafiador não pela mina, mas pela logística", disse o presidente da maior companhia de exploração de minério de ferro do mundo.

O governo guineense já afirmou que fará uma licitação para as concessões das duas minas que eram detidas pela Vale e pela BSG Resources, empresa do investidor franco-israelense BenySteinmetz. No entanto, ainda não há uma data estabelecida para a divulgação dos termos da nova licitação, que trarão as exigências do governo local.

As duas empresas tiveram seus direitos minerários cancelados em abril, após o governo da Guiné ter considerado que a BSGR poderia estar envolvida em supostas práticas de corrupção. Com isso, a Vale também deixou de ter sua fatia, de 51%, nas minas, cujas reservas, conforme estimativas do governo da Guiné, têm valor de mais de US\$ 100 bilhões.

A Vale não está em negociação com nenhum possível parceiro na nova licitação, segundo Ferreira. "Ainda não temos elementos suficientes para isso. Precisamos saber

as regras desse certame." As condições serão diferentes caso outras mineradoras já estabelecidas na Guiné participem do investimento, ou caso o governo assuma parte do investimento na logística, avalia o presidente da Vale. "Dependendo da questão logística, o projeto pode custar US\$ 5 bilhões e pode custar US\$ 30 bilhões. São valores muito diferentes", diz Ferreira.

Entre as possíveis candidatas a participar da licitação, estariam as maiores empresas do setor, como BHP Billiton, Anglo American e GlencoreXstrata. Sobre um eventual interesse de companhias da China, Ferreira comentou que o presidente Xi Jinping tem sido muito reticente em relação a investimentos chineses no exterior.

Enquanto aguarda as informações sobre a licitação, a Vale também espera o avanço do processo de arbitragem que moveu na corte de Londres contra a BSG Resources. Assim que teve seu direito de exploração cancelado, a Vale foi à corte para pedir o ressarcimento pelos pagamentos já efetuados à companhia de Steinmetz, como os US\$ 507 milhões de parcelas da participação no projeto de Simandou, e também de outros valores, que envolvem, por exemplo, juros e o atraso do retorno do projeto por conta de problemas que interromperam seu desenvolvimento. A mineradora considera que sofreu uma fraude, uma vez que comprou de seu sócio uma participação em um ativo obtido de forma ilícita.

Ao mesmo tempo, a Vale foi alvo de uma outra ação, movida pela concorrente anglo-australiana Rio Tinto na Justiça dos Estados Unidos. A mineradora brasileira está entre os réus em um caso definido como "roubo" dos direitos minerários por um esquema que teria violado uma lei americana de combate a organizações criminosas.

Ferreira afirmou ao **Valor** que o presidente Conde fez acordos com governos dos Estados Unidos, da Suíça, da França e também se articulou com muitos outros países para as investigações sobre o caso de Simandou e que, segundo manifestou o próprio governo guineense, a companhia brasileira não tem envolvimento nas práticas ilícitas. "Ele [Conde] gostaria que ficássemos. Se depois de uma investigação dessa, com tantos países com forças de segurança tão poderosas, uma empresa [Rio Tinto] diz o contrário, é preciso que mostre suas provas", afirmou o executivo. Se não o fizer, estaria agindo de má fé, acrescentou.

27-07/05/2014

Lucro da Gerdau quase triplica no primeiro trimestre

Por **Ligia Tuon** | **Valor**

SÃO PAULO - A siderúrgica Gerdau apresentou um lucro líquido de R\$ 397,2 milhões no primeiro trimestre de 2014, uma alta de 168% ante o mesmo período do ano passado. O valor é atribuído aos acionistas controladores.

Considerando a parcela atribuída aos não-controladores, o resultado atinge R\$ 440 milhões no trimestre, com alta de 176% sobre o mesmo período do ano anterior.

A receita líquida da companhia no intervalo cresceu 15%, para R\$ 10,5 bilhões, em linha com a previsão de analistas da corretora Brasil Plural e um pouco abaixo dos 17% de aumento previsto pelo banco BTG Pactual.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), por sua vez, veio acima da expectativa de analistas das duas casas de análise. O aumento para os três primeiros meses do ano foi de 48,6% no indicador operacional, para R\$ 1,2 bilhão. O BTG Pactual e o Brasil Plural esperavam altas de 37% e 42%, respectivamente.

Os custos com vendas da siderúrgica avançaram 11,9%, para R\$ 9,23 bilhões, abaixo do ritmo de crescimento da receita.

De acordo com informações da Gerdau, as empresas associadas e com controle compartilhado, cujos resultados são avaliados por equivalência patrimonial, comercializaram 314 mil toneladas de aço nos três primeiros meses do ano, considerando suas respectivas participações acionárias, o que resultou em uma receita líquida de vendas de R\$ 613,8 milhões e uma equivalência patrimonial de R\$ 26,6 milhões.

O melhor resultado na comparação anual, segundo a siderúrgica, deveu-se, principalmente, ao melhor desempenho da Gallatin Steel, produtora de aços planos nos Estados Unidos.

Aço bruto

A produção de aço bruto da companhia cresceu 3,3% nos três primeiros meses do ano, para 4,55 milhões de toneladas. As vendas no segmento, por outro lado, recuaram 3,7%, para 4,38 milhões de toneladas.

A empresa ressalta que a China representou 49,8% na produção global de aço.

Em relação ao minério de ferro, a produção no primeiro trimestre de 2014 totalizou 1,73 milhão de toneladas, um aumento de 54,4% ante o mesmo período do ano anterior. Já as vendas no intervalo avançaram 119,3%, para 2 milhões de toneladas. A empresa relaciona o crescimento na produção à entrada em operação da nova unidade de tratamento de minério (UTM), em setembro de 2013.

No que se refere às vendas, a Gerdau atribui o avanço à comercialização de minério de ferro para terceiros, que começou a se intensificar no quarto trimestre do ano passado, em função, principalmente, da expansão da capacidade de produção.

28-07/05/2014

Investigação na Taurus gera conflito de acionistas

Por **Natalia Viri e Ana Paula Ragazzi** | De São Paulo e do Rio

Investigações a respeito da venda de uma fábrica realizada em 2012 estão provocando uma guerra dentro da ForjasTaurus. Minoritários acusam o presidente do conselho e maior acionista da companhia, Luis Estima, de tentar impedir os trabalhos do comitê independente que avalia o papel dos administradores no negócio, que, segundo estudos internos obtidos pelo **Valor**, provocou prejuízos de R\$ 128 milhões.

A operação, que é chamada por investidores de a "Pasadena da Taurus", em alusão à compra de uma refinaria que provocou perdas substanciais a Petrobras, diz respeito à venda da Taurus Máquinas-Ferramenta, realizada em junho de 2012, por R\$ 115 milhões. O comprador foi o grupo metalúrgico SüdMetal, do empresário Renato Conill, que atuou como lobista da fabricante de armas durante o Estatuto do Desarmamento e foi sócio do filho de Estima em uma rede de concessionárias.

Neste ano, a companhia reconheceu que pode não receber nenhum centavo pelo ativo. Um comitê especial, formado por três membros independentes, foi instaurado para investigar o negócio e vai dar as diretrizes para algumas operações "inadequadas" apontadas pelo conselho.

Previ, com 24% do capital total da Taurus, é uma das principais opositoras da proposta de aumento de capital

A principal acusação a ser averiguada pelo comitê parte do conselheiro Manuel Caldas, representante de minoritários. Em manifestação feita na assembleia, obtida com exclusividade pelo **Valor**, ele aponta que um acionista relevante da Taurus pode ter participação na Wotan Máquinas, empresa que foi arrendada em 2004 e deu origem à Taurus Máquinas-Ferramenta.

Chamou atenção do conselheiro uma operação de mútuo (empréstimo a subsidiárias) firmada entre a Taurus Máquinas e Wotan Máquinas, que é descrita em notas explicativas como "entre partes relacionadas". Apesar disso, não é possível verificar quem é o dono da Wotan porque seus controladores estão em paraísos fiscais.

No documento, Caldas afirma que o mútuo originou-se em novembro de 2004, que chegou a somar R\$ 35,2 milhões, foi firmado em novembro de 2004, dois meses depois a Taurus ter arrendado ativos da Wotan. E sumiu em junho de 2012, quando foi fechada a venda para o SüdMetal. Procurado pelo Valor, Caldas não deu entrevista.

Antes da assembleia geral ordinária, realizada na semana passada, o comitê independente já propôs que até que concluísse seus trabalhos, os acionistas não deliberassem sobre as contas da administração - jargão para a responsabilidade dos administradores - de 2012 e 2013. A decisão foi acatada, ainda que as demonstrações

financeiras do período tenham sido aprovada pela maioria dos presentes. A reunião conturbada durou mais de seis horas e contou com nada menos que onze manifestações de voto e protestos por parte de acionistas e conselheiros.

O estopim para o barril de pólvora já tinha sido acesso dias antes. Em assembleia extraordinária, Estima conseguiu aprovar com maioria apertada de 52% dos votos uma capitalização de R\$ 200 milhões, sob alegação de reduzir o endividamento da companhia. A maior parte do conselho e a própria diretoria foram contra a operação e afirmam que não há estudos que comprovem a necessidade de aportes de recursos.

A Previ, que tem 24% do capital total da companhia, é uma das principais opositoras da proposta. Em entrevista ao **Valor**, o diretor de participações Marco Geovanne afirmou que irá recorrer a "todas as instâncias possíveis" contra a capitalização. "O aumento de capital é claramente uma manobra para tomar o controle. É o pior pesadelo de um investidor, em uma empresa que virou as costas para todos os princípios firmados com a entrada no Nível 2 de governança", ressaltou.

Em manifestação de voto, o investidor Joaquim Baião, que detém 30% do capital votante, também criticou veementemente a capitalização. "Como deliberar sobre um tema se tanto o conselho quanto a diretoria entendem que faltam informações para tomar uma decisão informada?", ressaltou, acrescentando que protesta "em relação à forma como tais acionistas conduziram a apresentação dessa proposta para deliberação dos demais acionistas".

A capitalização é relevante para a Taurus, que tem pouco mais de R\$ 250 milhões de valor de mercado. Segundo documentos da própria empresa, investidores que exercerem seu direito subscrição podem sofrer uma diluição de até 50% em suas fatias atuais. Se no aumento de capital os minoritários não acompanharem e Estima ficar com as sobras, poderá retomar a fatia de controle da companhia.

Minoritários especulam ainda que a Taurus pode estar preparando uma associação com a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), que é acionista da companhia e votou junto com Estima para levar a capitalização à frente. E estudam levar o assunto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que já proibiu a siderúrgica CSN de usar os direitos políticos de ações que comprou na bolsa da concorrente Usiminas.

A relação entre minoritários e o presidente do conselho sempre foi um conflito. Estima chegou a ter uma participação de 90% do capital votante da Taurus, mas uma reestruturação acionária ocorrida em 2011 derrubou essa participação para menos da metade, em 44%. Naquele ano, a Taurus incorporou a holding controladora Polimetal e, com ela, uma dívida de mais de R\$ 165 milhões. Como contrapartida, Estima diluiu seu poder de voto entre os demais acionistas e a aceitou que a empresa aderisse ao Nível 2 da BM&FBovespa, segmento com padrões mais elevados de governança.

29-07/05/2014

Toma posse novo superintendente do DNPM no Amapá

O administrador de empresas e servidor de carreira do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) George Morais de Souza tomou posse na tarde desta terça-feira (6) na Superintendência da instituição no Estado do Amapá, em cerimônia realizada no gabinete do diretor-geral do órgão, Sérgio Dâmaso, em Brasília. O novo superintendente substitui Antônio da Justa Feijão, que presidiu o órgão no Estado nos últimos dois anos.

Ao ser empossado, o novo superintendente lembrou sua trajetória profissional. Ele disse que não poderia passar em branco sua vida profissional, principalmente agora, que assume um cargo relevante, com homens experientes, de alto gabarito. “Eu sou administrador de formação, a mineração é uma área nova, tenho aprendido muito, vou estudar para melhorar cada vez mais”, disse.

Moraes afirmou ainda que o maior patrimônio do DNPM são os seus servidores, já que o órgão dispõe de um quadro técnico de altíssimo nível. “Quero também agradecer todo apoio do diretor-geral da autarquia”, finalizou.

A deputada federal Fátima Pelaes (PMDB/AP) aproveitou a oportunidade para agradecer toda equipe do DNPM pelo gesto de confiança. Ela disse que o George é funcionário de carreira, de certa forma, estamos prestigiando e valorizando o servidor do DNPM. “Tenho certeza de que ele vai dar conta desse novo desafio”, comentou.

O diretor-geral do DNPM, Sérgio Dâmaso, enalteceu a escolha do novo superintendente do DNPM no Estado do Amapá. Ele disse que a Diretoria-Geral está à disposição. “Eu não tenho dúvidas de que ele fará um excelente trabalho aqui”, ressaltou. Dâmaso elogiou ainda os novos tempos da instituição, destacando os números positivos em pouco tempo na Superintendência do órgão no AP.

Também participaram do ato de posse o diretor-geral substituto do DNPM, Victor Bicca; o chefe de gabinete, Ildeumar Fonseca; o diretor de Gestão Administrativa do órgão, Ivo Borges; o assessor da Diretoria-Geral Luiz Barbosa Barros; Paulo Brandão, geólogo da Diretoria de Gestão de Títulos Minerários.

DNPM - Assessoria de Comunicação Social

30-07/05/2014

Representantes do Sudão visitam o DNPM

O diretor-geral do DNPM, Sérgio Dâmaso, recebeu na tarde desta terça-feira (6) o ministro Plenipotenciário vice chefe da missão do Sudão, Mojamed A. Yasin, e o

embaixador ABD ElghaniElnaimEljarim, para discutir acordo de cooperação técnica entre os dois países.

De acordo com o embaixador Mohamed, a visita também é preparatória para a vinda do ministro de Minas do Sudão, que estará no País, no próximo domingo, para discutir mineração, petróleo e gás. Os representantes sudaneses fizeram um convite para que os dirigentes da autarquia visitem o Sudão em setembro deste ano.

Dâmaso afirmou que há essa possibilidade do acordo de cooperação técnica, porém vai depender de uma manifestação do Governo do Sudão ao Governo Brasileiro, solicitando esse intercâmbio. No encontro, Dâmaso falou sobre a legislação mineral brasileira. Ele explicou as principais mudanças que estão sendo propostas nas leis brasileiras para o setor mineral. “Estamos propondo alterações no código de mineração, com a criação de um Conselho Nacional de Política Mineral, uma agência reguladora e modificações nos royalties”, explicou.

Segundo Dâmaso, a nova proposta remove os obstáculos que dificultam o desenvolvimento das atividades produtivas e garante um melhor aproveitamento dos recursos minerais do País. “A intenção é atrair investimentos para o setor mineral”, finalizou.

Fonte: DNPM

31-07/05/2014

MINMETALS INICIARÁ, EM MAIO, PLANTA DE COBRE COM CAPACIDADE DE 550.000T/ANO

A chinesa MinmetalsResourcesCopperCo iniciará a construção de planta metalúrgica de 550.000 toneladas de cobre por ano. O projeto estará localizado na cidade de Hengyang, província de Hunan.

A planta poderá também reciclar metais como ouro e cobre que, muito provavelmente serão provenientes da mina de Las Bambas no Peru.

Las Bambas é uma das maiores aquisições do ano, orçada em US\$5,85 bilhões.

Fonte: Geólogo

32-07/05/2014

MARACÁS COM DATA MARCADA PARA INAUGURAÇÃO

A LargoResources, dona do projeto vanádio Maracás, na Bahia está prestes a dar um passo significativo: a inauguração de sua mina.

Neste interim a empresa nomeou CasperGroenewald para o cargo de Diretor de Operações no Brasil. Casper tem mais de 5 anos de experiência em plantas de processamento de vanádio na África do Sul.

Maracás tem recursos estimados em 12,1 milhões de toneladas a 1,11% de óxido de vanádio e deverá produzir 9.600t de óxido de vanádio por ano.

A inauguração será no dia 21 de maio.

Geólogo

33-07/05/2014

OPERAÇÕES NA ÁFRICA IMPULSIONAM CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE COBRE DA GLENCORE

A mineradora Glencore Xstrata atingiu as previsões do mercado, com um aumento de 24 por cento na produção de cobre no primeiro trimestre de 2014, principalmente devido à expansão da produção em suas operações africanas.

A Glencore disse que o desempenho de sua divisão de vendas globais foi "forte e em linha com as expectativas", sem elaborar mais.

Entre as mineradoras diversificadas, a Glencore Xstrata tem a maior exposição ao cobre, que foi responsável por quase a metade de seus ganhos no ano passado.

A mineradora produziu 382 mil toneladas nos três meses, um aumento de quase um quarto ante as 308 mil toneladas no mesmo período um ano atrás.

O aumento foi impulsionado pela expansão da mina Mutanda, na República Democrática do Congo, e da mina de Ernest Henry, na Austrália, além da melhoria da produção nas minas de Collahuasi e Antamina, na América do Sul.

A produção africana de cobre subiu 27 por cento, para 106.400 toneladas, impulsionada pelo crescimento nas operações Mutanda, Mopani e Katanga.

A mineradora espera que o crescimento da produção da mina Mutanda se acelere, à medida que completa a próxima fase de expansão.

"Os ativos de cobre da África da Glencore se mantêm como sua fonte mais forte de crescimento das receitas de alta qualidade, no nosso ponto de vista", disseram analistas da Bernstein Research, em nota.

Fonte: Reuters

34-07/05/2014

SERVIÇO GEOLÓGICO LANÇA LEVANTAMENTOS AEROGEOFÍSICOS

Outros 16 projetos serão colocados à disposição do setor mineral brasileiro ainda este ano

O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) lançou seis novos projetos de levantamentos aerogeofísicos e espera, até o ano que vem, contabilizar 33 produtos que buscam incentivar a pesquisa mineral no País.

Os projetos Sudeste de Mato Grosso, Serra dos Caiabis, Catrimani-Araça, Centro-Leste de Roraima, Sudeste de Roraima, Paraná-Santa Catarina, foram executados pela Divisão de Geofísica da CPRM, no âmbito do programa Geologia do Brasil, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além desses seis projetos, outros 16 projetos serão colocados à disposição do setor mineral brasileiro ainda em 2014 e mais 11 estão em fase de finalização para serem lançados em 2015. Os levantamentos estão à venda na página na Internet do CPRM.

“Esses levantamentos fazem parte de um ousado conjunto de ações de políticas públicas do governo que retomou os levantamentos geológicos e geofísicos básicos no país. Eles buscam o desenvolvimento de um novo ciclo de geração de jazidas minerais”, destaca o diretor-presidente da CPRM, Manoel Barretto. De acordo com Barretto 98% do embasamento cristalino já está coberto pelos novos levantamentos da CPRM.

Maria Laura Azevedo, chefe da Divisão de Geofísica, explica que o objetivo dos projetos aerogeofísicos é “auxiliar o mapeamento geológico e selecionar alvos para prospecção mineral.”

Maria Laura lembra ainda que os dados gerados pelos levantamentos aerogeofísicos estão sendo utilizadas pela CPRM intensivamente na interpretação e integração de cartas geofísicas-geológicas. O chefe do Departamento de Recursos Minerais da CPRM, Francisco Valdir Silveira, elogia a qualidade dos produtos executados pela equipe de geofísica. “Esses estudos são ferramentas essenciais para nortear o aporte de recursos pelas empresas de mineração em seus programas de pesquisa mineral.”

Aerogeofísica

A aerogeofísica utiliza dados coletados a partir de voos de helicópteros e aviões de grandes áreas com interesse exploratório. Esses dados servem como base para que o setor privado disponha de informações seguras sobre oportunidades em busca da descoberta de novas jazidas minerais.

Sistema Geológico do Brasil

35-07/05/2014

DNPM ATUALIZA VALORES DE TAH E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DNPM atualiza valores de TAH e de prestação de serviços

O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) publicou no dia 30 de abril uma portaria que reajusta os valores dos emolumentos da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas, da localização da área vistoriada e dos demais serviços prestados pelo Departamento. A atualização média foi de 10,5%, similar à variação do IPCA desde a última revisão de preços.

A TAH na vigência do prazo original passou de R\$ 2,36 para R\$ 2,61, caso esteja no prazo de prorrogação, passou de R\$ 3,58 para R\$ 3,95. A portaria, que substitui outra editada em outubro de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União e já está em vigor.

Ao todo, 37 valores foram reajustados. A partir de agora, o valor de um Requerimento de Imissão de Posse na Jazida, por exemplo, passa a ser de R\$ 1.315,67. Uma anuência prévia para Aerolevanteamento Geofísico, passará a custar R\$ 169,06.

A Cessão ou Transferência Parcial de Direitos Minerários passará a custar R\$ 845,22, enquanto a Cessão ou Transferência Total de Direitos Minerários será de R\$ 422,61. A Transferência de Direitos Minerários em fase de transformação, incorporação, fusão, cisão, sucessão causa mortis e falência do titular (requerimento) também sairá por R\$ 422,61, assim como os demais atos de averbação.

O valor do Requerimento de Autorização de Pesquisa passa a ser de R\$ 710,47. O Requerimento de Permissão de Lavra Garimpeira e o Requerimento de Registro de Licença passarão a custar R\$ 143,20.

O requerimento de transferência de direitos minerários em face de transformação, incorporação, fusão, cisão, sucessão causa mortis e falência do titular poderá ser feito por R\$ 422,61. Já a transferência de direitos minerários em face de transformação, incorporação, fusão, cisão, sucessão causa mortis e falência do titular será de R\$ 84,52 por direito transferido.

Foram ajustados, ainda, os valores de localização da área vistoriada. Para uma área localizada num raio de 100 quilômetros da Sede da Superintendência Regional do DNPM, o valor é de R\$ 332,75, por dia e processo. No caso de área localizada num raio de mais de 100 quilômetros da Sede da Superintendência Regional do DNPM, exceto para aquelas localizadas nos territórios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, o preço é de R\$ 499,11.

Por fim, áreas localizadas num raio de mais de 100 quilômetros da Sede da Superintendência Regional do DNPM e que estejam localizadas nos territórios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima, podem ser feitas por R\$ 665,48.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

36-07/05/2014

Entidades civis entregam representação contra relator do Código de Mineração

Iolando Lourenço – Repórter da Agência Brasil

Representantes de várias entidades civis protocolaram hoje (6), na Secretaria-Geral da Câmara dos Deputados, requerimento de representação contra o relator do projeto do Código Nacional de Mineração, deputado Leonardo Quintão (PMDB-MG). Eles alegam quebra de decoro parlamentar por possível conflito de interesse.

Para as entidades, ao aceitar a relatoria de um projeto que pode beneficiar diretamente empresas doadoras da campanha dele, Leonardo Quintão feriu o decoro parlamentar. Os movimentos defendem a punição do parlamentar.

As organizações que apresentaram o requerimento citam dispositivos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara que proíbem os deputados de relatarem matérias de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de campanhas eleitorais.

No documento, as entidades alegam que Leonardo Quintão vem defendendo “de forma irredutível” os interesses de grandes mineradoras na relatoria do Código da Mineração. O requerimento segue para análise formal do presidente da Câmara, que poderá arquivá-lo ou encaminhá-lo para análise de mérito pela Corregedoria da Casa.

37-07/05/2014

Vale diz que acesso de Valemax à China é desejável, mas não necessário



CINGAPURA, 7 Mai (Reuters) - A mineradora Vale (**VALE5**) já garantiu acesso suficiente para seus mega navios Valemax em portos ao redor do mundo, ao ponto de não precisar necessariamente atracar em portos na China, seu principal mercado, disse um executivo nesta quarta-feira (7).

"Nós temos neste momento 30 Valemax e nós teremos 35 até o meio do ano. Atualmente, o sistema que já temos estabelecido é suficiente para absorver esses Valemax", disse diretor global de comercialização de minério de ferro da Vale, Claudio Alves, no intervalo de uma conferência do setor.

Os navios, com capacidade para carregar 400 mil toneladas, foram banidos dos portos chineses em 2012, em uma tentativa do governo de Pequim de proteger a indústria naval do país.

Alves ressaltou que os Valemax podem atracar em portos e unidades da Vale que são próximas da China, incluindo Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Malásia, além de Europa e Oriente Médio.

"Eu não preciso de acesso à China, mas é desejável ter acesso à China. Nós ficaremos muito felizes quando a China decidir... nós acreditamos que a racionalidade econômica irá prevalecer e que os benefícios do Valemax serão avaliados pela indústria chinesa quando for possível", acrescentou.

38-07/05/2014

A exploração ambiental na Amazônia e a promessa de desenvolvimento

Os reflexos do Projeto Grande Carajás, implementado na Amazônia oriental nos anos 1980, podem ser verificados ainda hoje, 30 anos depois, diante do crescimento econômico proporcionado em estados como o Maranhão, que é a 16ª economia entre os estados brasileiros. Contudo, a aparente expansão econômica “não significa melhoria da qualidade de vida” da população que vive no entorno da região onde se desenvolveu o projeto de exploração mineral, avalia Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, na entrevista a seguir, concedida por e-mail à IHU On-Line. “A grande expansão econômica tem provocado uma situação que leva a péssimos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, alto grau de exportação de trabalhadores para trabalho escravo, péssima assistência à saúde e à educação, altos índices de violência urbana e rural, somente para citar alguns indicadores”, relata. Ao invés do desenvolvimento, o Projeto Grande Carajás gerou “concentração de terras, a violência e a miséria no campo, o inchaço urbano e maior concentração de renda”.

De acordo com o pesquisador e professor da Universidade Federal da Amazônia, “qualquer estudo sério da realidade da região pode constatar que os efeitos negativos suplantam enormemente os efeitos positivos” de projetos como o do Grande Carajás. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior explica que as empresas envolvidas na extração de minério na região amazônica “promovem ações pontuais de assistência e de compensação dos graves prejuízos causados a grupos locais pelas práticas produtivas e obras de infraestrutura”.

Entretanto, ressalta, tais ações não acontecem por meio de um “diálogo no qual os vários agentes têm as mesmas possibilidades de manifestar suas perspectivas e interesses. O que temos ao longo das últimas três décadas são ações de cooptação de lideranças locais, manipulação de informações e pessoas, imposição de ações apresentadas como irreversíveis”. E acrescenta: “Os grupos sociais locais e povos tradicionais são, em grande medida, percebidos por planejadores estatais e privados como grupos arcaicos, ultrapassados, destinados à inexorável extinção. Dessa forma, sua fala, quando existe, é desqualificada, desconsiderada ou tomada como folclórica.”

Na entrevista a seguir, o pesquisador também comenta as possíveis implicações da aprovação do Plano Nacional de Mineração. Para ele, trata-se de uma proposta concebida “na perspectiva de garantir um extraordinário aumento da exploração de minérios, dando continuidade a um projeto de manutenção de um modelo econômico que tem como uma de suas principais bases a extração e exportação de riquezas naturais, repetindo ciclos de exploração que se iniciaram com a colonização”.

As implicações do Projeto Grande Carajás serão discutidas no Seminário Internacional “Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a grandes projetos na Amazônia Oriental”, na Universidade Federal do Maranhão, em São Luís, entre os dias 5 e 9 de maio.

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior é graduado em Ciências Sociais, mestre em Educação Escolar Brasileira pela Universidade Federal de Goiás – UFG e doutor em Ciências Humanas – Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Atualmente leciona no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – PPGCSoc e em Políticas Públicas – PGPP. É líder do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente – GEDMMA, registrado do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Confira a entrevista.

IHU On-Line- *Qual é a atual situação da região amazônica por causa da atuação da Vale e de outras mineradoras na região? Quantas empresas de mineração atuam na região?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - A Vale atua na Amazônia oriental desde a década de 1970, quando, então, era estatal e se apresentava pelo nome Vale do Rio do Doce. Sua atuação na região se deu, inicialmente, a partir do Projeto Ferro Carajás, que tinha como principal objetivo a criação das condições de exploração das gigantescas reservas de minério de ferro do sudeste do Pará, o que levou à concepção de um gigantesco sistema de infraestrutura que pode ser traduzido na fórmula mina-ferrovia-porto. Esse sistema foi fundamental para o escoamento e exportação do minério de ferro da Serra de Carajás através de uma extensa ferrovia, a Estrada de Ferro Carajás, com quase 900 Km e que liga as minas à região portuária de São Luís, capital do Maranhão. Nessa região, além do Porto de Itaqui, administrado pelo governo estadual, foi construído o Porto da Ponta da Madeira, administrado pela própria Vale. A partir do Projeto Ferro Carajás, o governo ditatorial concebeu e implantou o Programa Grande Carajás – PGC, que era conduzido por um conselho interministerial, envolvendo diversos órgãos do Governo Federal e governos locais e que operou como um dinamizador e integrador da Amazônia oriental à dinâmica econômica capitalista do Brasil, estimulando e promovendo uma grande diversidade de atividades econômicas (agronegócio, mineração, siderurgia, exploração florestal, etc.) e uma extensa rede de infraestrutura (hidrelétricas, termelétricas, estradas de rodagem, ferrovia, portos).

O PGC, enquanto política governamental, funcionou entre os anos 1980 e 1992, com conseqüências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituindo-se numa das expressões mais visíveis do modelo de desenvolvimento implementado pelos governos da ditadura civil/militar que se instalou a partir de 1964. O PGC foi oficialmente extinto em 1992, dentro do processo de enxugamento da máquina pública realizado pelo governo Fernando Collor, a partir da

orientação neoliberal que se implantava no país. Mesmo após sua extinção, como instância oficial, o PGC continuou exercendo forte influência na sua região de abrangência, alterando fortemente as paisagens e os modos de vida dos grupos sociais locais.

A partir da atuação do PGC e de pesquisas exploratórias de iniciativas estatais e privadas, inúmeras outras possibilidades de exploração minerária foram se descortinando na Amazônia. Fontes de ouro, ferro, bauxita, níquel, caulim e de inúmeros outros minérios são cotidianamente descobertas, e a atividade mineradora tem se expandido em uma velocidade alucinante. Essas atividades atraem uma grande quantidade de mineradoras cujo capital tem origem nacional e estrangeira. Dentre outros objetivos, o Seminário Internacional Carajás 30 Anos pretende despertar o interesse de estudiosos das universidades da região amazônica e de outras regiões do país para a necessidade de que sejam feitos e divulgados levantamentos mais precisos sobre a atuação dessas mineradoras, considerando a quantidade de mineradoras, os locais de atuação, a quantidade de minério extraído e considerando, também, as consequências ambientais e sociais das atividades vinculadas à mineração.

IHU On-Line -*Pontualmente, quais são os impactos ambientais gerados pelo Programa Grande Carajás na região amazônica nos últimos 30 anos?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - Os desdobramentos do PGC e de outras iniciativas desenvolvimentistas têm levado a acentuada exploração ambiental na Amazônia. Dentre essas iniciativas podemos destacar: a construção de obras de infraestrutura para funcionamento dos projetos, com destaque para hidrelétricas, portos, ferrovias e uma extensa rede de rodovias cortando boa parte da Amazônia. Essas obras exigiram do Governo brasileiro financiamento público por parte dos “bancos de desenvolvimento” e foram associadas a investimentos em expansão da mineração, atividades florestais, expansão do agronegócio, atividades industriais. Como principais consequências socioambientais, podemos destacar:

- desmatamento de grandes áreas para implantação de fazendas de gado bovino e de monocultura (soja, milho, eucalipto), para extração madeireira e para produção de carvão vegetal, principalmente visando atender às fábricas de ferro gusa instaladas ao longo do corredor constituído pela Estrada de Ferro Carajás, causando a destruição da floresta amazônica e de áreas de cerrado;
- perambulação de trabalhadores ao longo da ferrovia e concentração de trabalhadores sem emprego e sem terras nas periferias de cidades como Parauapebas, Curionópolis, Eldorado de Carajás, Marabá, Belém, Açailândia, Imperatriz, Buriticupu, São Luís, levando ao inchaço urbano, com destruição de fontes de água e desmatamentos, violência urbana e vulnerabilização dos trabalhadores à superexploração do trabalho e ao trabalho escravo;
- especulação imobiliária, tanto urbana como rural, e aquecimento do mercado de terras devido às atividades madeireiras e agropecuárias levando ao aumento dos casos de conflitos fundiários e territoriais, nas cidades e no campo;
- impactos ambientais com conseqüente comprometimento da reprodução e sobrevivência de ecossistemas e grupos sociais, associados à exploração das minas, construção de hidrelétricas e demais obras de infraestrutura, expansão da monocultura (principalmente a soja e o eucalipto, que deixam solos em processo de desertificação,

além da contaminação dos arredores por agrotóxicos, corretores de solo e outros poluentes);

- desorganização da economia local (extrativismo vegetal, pesca artesanal, agricultura familiar tradicional, garimpagem), na medida em que as atividades econômicas tradicionais vão sendo substituídas por atividades de dimensão empresarial que exigem a imobilização de grande quantidade de terras, pessoas e ambientes;

- mudanças nos hábitos e costumes das populações tradicionais e indígenas, que alteram seus modos de vida, pois passam a sofrer a influência de novos valores culturais, econômicos, religiosos, sociais.

IHU On-Line - *Esses problemas ambientais foram evidenciados e discutidos de alguma maneira com a Vale e as empresas que exploraram minério na região ao longo desses 30 anos? Se sim, como aconteceu esse processo?*

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior - As grandes empresas e planejadores estatais envolvidos no Programa promovem ações pontuais de assistência e de compensação dos graves prejuízos causados a grupos locais pelas práticas produtivas e obras de infraestrutura. Assim, o que acontece, às vezes, não é um diálogo no qual os vários agentes têm as mesmas possibilidades de manifestar suas perspectivas e interesses. O que temos ao longo das últimas três décadas são ações de cooptação de lideranças locais, manipulação de informações e pessoas, imposição de ações apresentadas como irreversíveis. Os grupos sociais locais e povos tradicionais são, em grande medida, percebidos por planejadores estatais e privados como grupos arcaicos, ultrapassados, destinados à inexorável extinção.

Dessa forma, sua fala, quando existe, é desqualificada, desconsiderada ou tomada como folclórica. Seus interesses são percebidos como reflexos de um tempo pretérito. Dessa forma, o diálogo se inviabiliza e é substituído pela imposição, direta ou sutil, dos interesses dos empreendedores. A análise criteriosa de audiências públicas (normalmente exigidas legalmente para licenciamento de grandes empreendimentos de infraestrutura ou produtivos) e outras formas de oitiva das populações locais demonstram que esses mecanismos são cada vez mais formais, dominados por eficientes mecanismos de controle e manipulação dos atingidos pelos empreendimentos e precedidos de intensos trabalhos realizados a partir de estudadas tecnologias sociais. Essas tecnologias visam contornar conflitos, obter consensos, neutralizar possíveis opositores, de tal forma que os resultados dos processos de oitiva sejam sempre na direção do atendimento dos interesses daqueles que assumem o empreendimento.

IHU On-Line - *Recentemente o senhor fez uma pesquisa comparativa para compreender como ocorreram as relações dos processos nos projetos de desenvolvimento, modernização econômica e grupos sociais atingidos na região amazônica durante os anos 80 e como ocorrem nos dias de hoje. O que evidenciou a partir desses quadros comparativos?*

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior - Como já apontamos anteriormente, são inúmeras as consequências negativas do Programa Grande Carajás para grupos sociais locais. Na Amazônia oriental, podemos verificar que efetivamente, nos últimos 30 anos, houve um grande crescimento econômico. Hoje, por exemplo, o Maranhão é a 16ª economia entre os estados brasileiros. No entanto, isso não significa melhoria da qualidade de vida. A grande expansão econômica tem provocado uma situação que leva

a péssimos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), alto grau de exportação de trabalhadores para trabalho escravo, péssima assistência à saúde e à educação, altos índices de violência urbana e rural, somente para citar alguns indicadores. Ainda tomando o Maranhão como exemplo, podemos destacar que, em relação ao IDH, dos dez municípios com os piores índices do país, seis se encontram no estado. Em toda a região, pessoas continuam a sair do campo em busca de trabalho fora de seus estados de origem, pois têm o acesso à terra impedido pelo latifúndio com grandes extensões de terras e pelo agronegócio que não gera emprego nem renda.

Para muitos, a chegada de grandes projetos representava a perspectiva de encontrar trabalho, o que motivou a saída do campo. Nesse sentido, há uma clara relação entre a pobreza e a implantação dos grandes projetos, visto que, em grande medida, são isentados de tributos governamentais. Os grandes projetos prometiam trazer o desenvolvimento, mas sua implantação promoveu a concentração de terras, a violência e a miséria no campo, o inchaço urbano, além gerar maior concentração de renda.

IHU On-Line - *Quais são os conflitos socioambientais gerados na região amazônica por conta dos projetos de desenvolvimento, a exemplo do Programa Grande Carajás desde a década de 1980?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - Podemos destacar que naquelas áreas em que há determinados projetos econômicos (por exemplo, agronegócio, obras de infraestrutura, indústrias, mineração, exploração de gás natural e petróleo, exploração florestal), um dos efeitos mais imediatos é a grande circulação de riquezas, acompanhada, quase sempre, por tentativas e consecução de deslocamentos compulsórios de grupos sociais e povos tradicionais para apropriação de seus territórios, o que tem gerado uma grande quantidade de conflitos territoriais, fundiários e ambientais. Apesar das grandes mudanças sociais e paisagísticas, em toda a Amazônia existem importantes iniciativas de resistência e proposição de alternativas ao modelo econômico dominante. Vários movimentos sociais, organizações religiosas, organizações de povos indígenas têm buscado fazer ouvir sua voz, expressando veementemente suas insatisfações e denunciando as injustiças que sofrem. Os impactos de projetos de desenvolvimento provocam o confronto de lógicas diferenciadas de apropriação do ambiente, seja dos grupos sociais atingidos, seja dos grupos que gerenciam os grandes projetos de desenvolvimento ou daqueles que se aliam aos mesmos, conduzindo esse cenário de disputas para “conflitos ambientais”, que envolvem diferentes formas de significação do modo de vida, a partir das diferentes categorias, representações e atores sociais que neles buscam legitimidade. Os anos 1980, na região, foram marcados por conflitos por terra, redundando em altos índices de assassinatos e perseguições no campo, expulsões de camponeses e impedimentos de acesso a recursos naturais tradicionalmente utilizados. Podem ser destacados os conflitos nos quais se confrontam, de um lado, agentes do agronegócio e da pecuária extensiva (inclusive para criação de búfalos), especuladores imobiliários no campo e na cidade, madeireiros, grandes projetos industriais, projetos estatais e privados de infraestrutura (hidrelétricas, termelétricas, estradas de ferro e de rodagem, portos, aeroportos), mineradoras; e de outro, posseiros, povos indígenas, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco, agricultores, pescadores, moradores de periferias urbanas.

IHU On-Line - *Hoje, quais o senhor aponta como sendo os novos conflitos socioambientais na região e por que motivos?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - Nos dias de hoje, revestidos com a capa de “modernidade” e utilizando um discurso que, às vezes ou em um primeiro momento, busca amenizar os impactos de suas ações, prometendo empregos, desenvolvimento, educação, melhoria de vida, velhos e novos empreendimentos continuam a ameaçar modos de vida locais e a provocar o confronto com grupos sociais e povos mais vulneráveis. A expansão da monocultura e do eucalipto e a afirmação da pecuária extensiva ameaçam camponeses e quilombolas; a extração, industrialização e comercialização ilegal de madeira e tráfico de drogas invadem terras indígenas e destroem florestas que ainda restam; a produção irregular de carvão vegetal para a indústria siderúrgica promove a sobre-exploração das florestas e das pessoas, com inúmeros casos de trabalho escravo; a expansão das atividades minerárias destrói ambientes e compromete modos de vida de grupos sociais tradicionais e povos indígenas, novos projetos industriais disputam territórios com populações tradicionais; a expansão de rodovias, ferrovia e do Centro de Lançamento (de foguetes espaciais) de Alcântara (no Maranhão) promovem novos deslocamentos populacionais e ameaçam comprometer o acesso a recursos naturais. Assim, conflitos socioambientais se configuram desde o início dos anos 1980 e continuam a surgir novos, na medida em que as características impactantes do modelo de desenvolvimento dominante permanecem, mesmo que discursivamente amenizadas, por exemplo, através da incorporação de noções como desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, responsabilidade social e ambiental.

IHU On-Line -*Que situações vislumbra na região amazônica com a implantação do Plano Nacional de Mineração 2030?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - O Plano Nacional de Mineração foi concebido na perspectiva de garantir um extraordinário aumento da exploração de minérios, dando continuidade a um projeto de manutenção de um modelo econômico que tem como uma de suas principais bases a extração e exportação de riquezas naturais, repetindo ciclos de exploração que se iniciaram com a colonização. Esse plano contribui para perpetuar a dependência do país aos interesses do grande capital e o saque de nossas riquezas. A reforma do Marco Legal da Mineração, se levada a cabo, irá flexibilizar, diminuir a burocracia e facilitar o incremento da exploração minerária. Essa Reforma está sendo debatida entre o Estado e empresas, sem transparência e com forte exclusão de quase todos os setores sociais que serão atingidos por suas consequências e dos grupos organizados que debatem o tema.

Ainda no modelo atual, são enormes impactos da mineração. Como exemplo, podemos lembrar que, em 2012, segundo estimativas oficiais, esse setor consumiu mais de cinco quatrilhões de litros de água, ocasionando a poluição de uma série de rios e de águas subterrâneas. Grupos sociais e povos tradicionais sofrem as consequências da mineração e de sua logística e, quando reagem, enfrentam sérios conflitos para garantir a manutenção de seus modos de vida e seus territórios. No projeto do novo Código de Mineração não são mencionadas medidas com relação ao uso da água e, muito menos, os grupos sociais e povos possivelmente atingidos pela expansão da atividade minerária. Com vagas e pouco efetivas menções à questão ambiental, a atual proposta representa um retrocesso com relação ao Código vigente.

O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente aos Impactos da Mineração, formado por mais de 50 entidades, apresenta sete pontos de alteração no projeto de lei: democracia e transparência na formulação e aplicação da política mineral brasileira;

direito de consulta, consentimento e veto das comunidades locais afetadas pelas atividades mineradoras; respeito a taxas e ritmos de extração; delimitação e respeito a áreas livres de mineração; controle dos danos ambientais e garantia de Planos de Fechamento de Minas com contingenciamento de recursos; respeito e proteção aos direitos dos trabalhadores; e, ainda, que a Mineração em Terras Indígenas respeite a Convenção 169 da OIT e esteja subordinada à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas.

IHU On-Line -*Quais são as maiores contradições do Estado brasileiro em relação à mineração e à exploração dos recursos minerais?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - Com relação à Amazônia, a principal contradição consiste em atuar na região como uma economia de enclave. Isto é, muita riqueza é produzida ou passa pelo Maranhão, no entanto, a parte mais significativa dessa riqueza é apropriada por forças econômicas externas à região (multinacionais, grandes empresas nacionais e seus acionistas), uma pequena parte fica para a elite política e econômica local (que funciona como entrepostos dos grandes agentes econômicos), e para a população sobram migalhas, quando tanto. Assim, a produção de muita riqueza gera também muita miséria.

Na maior parte da população, ainda há uma grande ilusão com projetos de desenvolvimento, em especial com relação àqueles vinculados à mineração. A promessa de geração de empregos e de renda é sempre o principal instrumento de convencimento da qualidade positiva desses empreendimentos. No entanto, a quantidade de empregos somente cresce nos processos de instalação dos empreendimentos, pois demandam grande quantidade de trabalhadores braçais. Porém, em função das novas tecnologias cada vez mais presentes, na fase de execução, a quantidade de empregos reduz drasticamente, redundando em dispensa da maior parte das pessoas envolvidas e levando à ampliação do inchaço urbano. Assim, as marcas da violência urbana e da falta de regularização de propriedade da maior parte das moradias do município são indicadores importantes da grande insatisfação que aumenta na população da cidade.

IHU On-Line -*Deseja acrescentar algo?*

Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior - Na Amazônia brasileira, os grandes projetos são sempre apresentados como a grande solução para o “atraso” da região e como a fonte de “desenvolvimento”. Essa é uma grande falácia que vem sendo repetida insistentemente nos últimos 40 anos. Qualquer estudo mais sério da realidade da região pode constatar que seus efeitos negativos suplantam enormemente os efeitos positivos. A geração de empregos, normalmente, não repõe os postos de trabalho e formas de geração de riqueza e renda que são desarticulados para sua implantação. Os efeitos nas vidas cotidianas dos grupos sociais locais geralmente são desestabilizadores de relações e costumes. A alteração das formas de acesso à terra tem gerado inúmeras situações de insegurança alimentar, pois desestrutura a agricultura familiar, as práticas extrativistas e compromete as formas de acesso a alimentos de grupos sociais tradicionais e povos indígenas. Além disso, anteriormente destacamos grande parte das consequências ambientais.

A professora Sônia Magalhães, da Universidade Federal do Pará, avaliando os efeitos dos grandes projetos naquele estado, chama a atenção para o fato de que a instalação de um grande projeto altera tão fortemente a configuração regional que gera uma situação semelhante àquela de um período pós-guerra. Para piorar a situação, quando esses

projetos são desativados, seja pelo esgotamento de determinado recurso natural (minério, solo, madeira de lei, etc.), seja pela falta de interesse empresarial em manter alguma atividade industrial ou agropecuária, nenhuma riqueza fica na região, somente as consequências ambientais negativas e desestruturação social. Assim, podemos dizer que o “atraso” da região não é devido à falta de “desenvolvimento”, mas sim uma consequência do próprio desenvolvimento.

Fonte: IHU On-Line

39-07/05/2014

CSN adia para setembro acordo de fusão da Namisa

Por **Ivo Ribeiro, Olivia Alonso e Ligia Tuon | De São Paulo**

A Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) e seus sócios asiáticos na mineradora de ferro Namisa adiaram para o fim de setembro o prazo das negociações para chegarem a um acordo de fusão de ativos da empresa com a mina Casa de Pedra. David Salama, diretor-executivo de relações com investidores da CSN, disse que as negociações são complexas, pois envolvem vários acionistas e elevados valores na operação.

"As duas partes continuam negociando e analisando todas as alternativas de fusão", afirmou, durante teleconferência com analistas sobre balanço da empresa no primeiro trimestre.

Os sócios asiáticos, liderados pela trading japonesa Itochu e siderúrgicas do Japão, Coreia do Sul e Taiwan, fizeram a associação com a CSN cinco anos atrás. Eles investiram US\$ 3,1 bilhões no negócio e ficaram com 40% do capital da Namisa. A CSN detém 60%.

Os sócios da CSN exerceram, em meados do ano passado, uma opção de sair do negócio porque a companhia brasileira não havia, até aquele momento, cumprido o plano de investimentos na Namisa acertado durante a transação. Pelo acordo, a mineradora já deveria ter alcançado uma capacidade de produção de 33 milhões de toneladas ao ano e de 39 milhões de toneladas em vendas anuais, incluindo produtos de terceiros. A Namisa vende menos de um 25% disso.

A CSN propôs, nesse meio tempo, uma fusão da Namisa com Casa de Pedra, mina de ferro de grande porte e qualidade de produto operada diretamente pela siderúrgica. Até o momento, os termos do negócio não agradaram os parceiros asiáticos.

O último prazo definido para as negociações foi fim de março. Se não chegarem a um acordo, o caso será encaminhado para uma câmara de arbitragem internacional.

Ontem, a CSN divulgou que obteve um lucro líquido atribuído aos sócios controladores (base para o pagamento de dividendos) de R\$ 55,33 milhões no primeiro trimestre, alta de 102,5% ante o mesmo período de 2013.

A receita da empresa avançou 20%, para R\$ 4,37 bilhões. O lucro antes de impostos, juros, depreciação e amortização (Ebitda) chegou a R\$ 1,44 bilhão, alta 60% na base de comparação anual.

As vendas de aço caíram 10,3% até março e totalizaram 1,39 milhão de toneladas. As receitas da empresa na siderurgia somaram R\$ 3,13 bilhões, 71,5% do total. Um ano antes, foi de 80,9%. Do total do volume vendido, 73% foi para o mercado interno, 25% pelas subsidiárias no exterior.

Em mineração, a CSN vendeu 6,38 milhões de toneladas no período, com alta de 54% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações responderam por 99%. Na comparação com o último trimestre de 2013, houve uma queda de 18% por causa de manutenções no Tecar, no porto de Itaguaí (RJ).

A receita líquida com mineração somou R\$ 1,24 bilhão, 28,5% do total da companhia, bem acima dos 20,5% um ano antes.

A empresa terminou o trimestre com uma relação de dívida líquida sobre Ebitda de 2,66 vezes, em queda sobre um ano atrás.

Com foco na expansão da mina de ferro Casa de Pedra, a CSN vai concentrar R\$ 1,5 bilhão do seu plano de investimentos deste ano, de R\$ 2,8 bilhões, para o negócio de mineração de ferro.

40-08/05/2014

Gerdau prevê aumento da demanda de 3,5% no ano

Por Sérgio Ruck Bueno, Olivia Alonso, Ligia Tuon e Stella Fontes | De Porto Alegre e São Paulo

Apesar da redução do nível de atividade de várias empresas do setor automotivo no país nas últimas semanas, a siderúrgica Gerdau segue otimista com o desempenho do mercado siderúrgico brasileiro em 2014. "O cenário é positivo e o consumo de aço deve crescer", afirmou ontem o presidente do grupo, André Gerdau Johannpeter, durante teleconferência em que comentou o balanço do primeiro trimestre.

Segundo o empresário, o grupo trabalha com uma projeção de crescimento de 3% a 3,5% no consumo de aço no país neste ano. Em fevereiro, a previsão era de alta de 3%, para 27,4 milhões de toneladas. Para Johannpeter, o segmento com melhor desempenho no consumo é o do agronegócio. O setor de infraestrutura segue "lento", mas "tem muita coisa acontecendo", enquanto a construção residencial está mais estável, "mas com crescimento", e a indústria é a mais impactada negativamente pela desaceleração da economia.

A Gerdau apresentou um lucro líquido de R\$ 397,2 milhões no primeiro trimestre de 2014, uma alta de 168% ante o mesmo período do ano passado. A receita líquida cresceu 15,1%, para R\$ 10,55 bilhões, em linha com a previsão de analistas do Brasil Plural e um pouco abaixo dos 17% de aumento previsto pelo BTG Pactual.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), por sua vez, veio acima da expectativa de analistas. O aumento para os três primeiros meses do ano foi de 48,6% no indicador operacional, para R\$ 1,2 bilhão.

A produção de aço bruto cresceu 3,3% nos três primeiros meses do ano, para 4,55 milhões de toneladas. Já as vendas da empresa, com operações no Brasil, América Latina, América do Norte, Europa e Índia - recuaram 3,7%, para 4,38 milhões de toneladas.

Na área de minério de ferro, a produção no trimestre foi de 1,73 milhão de toneladas, com aumento de 54,4% ante o mesmo período do ano anterior. As subiram 119,3%, para 2 milhões de toneladas. A empresa liga o crescimento na produção à entrada em operação da nova UTM (unidade de tratamento de minério), em setembro de 2013. A empresa começou a intensificar desde o fim do ano passado as vendas para terceiros devido à expansão da capacidade de produção.

A Gerdau começou a divulgar separadamente neste ano os dados da operação de minério de ferro, que anteriormente eram reportados nas operações de Negócio Brasil. Agora, passou a ter a unidade de negócio denominada "Minério de Ferro". O grupo prevê produzir de 9 milhões a 9,5 milhões de toneladas do produto em 2014, disse o vice-presidente-executivo de finanças e relações com investidores, Andre Pires de Azevedo.

Segundo Pires, o consumo próprio anual do grupo é de 4 milhões a 5 milhões de toneladas. O restante é vendido para terceiros nos mercados interno e externo. No exterior, os principais clientes estão na Europa e na China.

No ano passado a Gerdau ampliou a capacidade de produção de minério de ferro de 6,5 milhões para 11,5 milhões de toneladas por ano. O programa de expansão prevê uma capacidade de 18 milhões de toneladas em 2016 e de 20 milhões de toneladas em 2020. Até agora, já investiu R\$ 1 bilhão nessa área, valor que pode atingir até R\$ 3 bilhões, mas a cifra está sendo revisada, disse André Gerdau.

Sobre as operações nos EUA, o executivo disse que o grupo está "otimista" com a recuperação do mercado americano de produtos siderúrgicos em 2014, depois de um "inverno rigoroso" e da queda de 0,6% registrada em 2013. A estimativa é de crescimento de 4% no consumo do país, para 99,4 milhões de toneladas. "Vemos sinais muito fortes de recuperação". As operações locais do grupo tiveram desempenho "bem melhor em março" e as perspectivas para o fechamento dos números de abril também são "boas".

Ontem, as ações da companhia reagiram bem aos resultados: as PN fecharam com alta de 2,41%, a R\$ 14,42, enquanto as ON avançaram 2,98%, para R\$ 11,76.

41-08/05/2014

Importações de minério de ferro da China tem em abril 2º maior volume mensal



PEQUIM, 8 Mai (Reuters) - A China importou 83,39 milhões de toneladas de minério de ferro em abril, o segundo maior volume mensal já registrado e uma alta de 12,75 por cento sobre março, guiado por demanda sazonal de siderúrgicas chinesas pela matéria-prima.

O aumento ocorre apesar dos fracos preços de minério de ferro, em meio a preocupações de que o crescimento na demanda chinesa não será suficiente para atender os aumentos na produção de grandes mineradoras globais.

As importações de minério de ferro nos primeiros quatro meses de 2014 ficou em 305,3 milhões de toneladas, alta de 21 por cento na comparação anual, mostraram dados das autoridades aduaneiras nesta quinta-feira.

Mineradoras globais como Vale, Rio Tinto e BHP Billiton estão no caminho para ampliar suas capacidades de produção apostando em forte demanda da China.

(Por David Stanway e RubyLian)

42-08/05/2014

BSGR começa arbitragem contra Guiné por perda de direitos minerários

LONDRES, 7 Mai (Reuters) - A BSG Resources (BSGR), a unidade de mineração do conglomerado do bilionário israelense BenySteinmetz, informou nesta quarta-feira que iniciou um processo de arbitragem contra o governo da Guiné sobre a decisão de revogar direitos de mineração da companhia no país.

O governo da Guiné cancelou no mês passado os direitos detidos pela VBG, uma joint venture entre BSGR e a mineradora Vale, em dois depósitos de minério de ferro, depois de um painel do governo ter revisado acordos de mineração no país africano.

O relatório do comitê concluiu que a BSGR obteve a direitos por meio de "corrupção" em 2008.

Disse ainda que a Vale, que entrou na parceria com a BSGR apenas em 2010, comprando 51 por cento daqueles ativos na Guiné, não participou da suposta corrupção.

A BSGR tem repetidamente negado qualquer irregularidade.

"A BSGR está buscando a restituição de seus títulos minerários, bem como restituição pelos danos decorrentes da revogação desses direitos", disse a empresa em um comunicado.

(Reportagem de Silvia Antonioli)

43-08/05/2014

Ex-sócia na Guiné avisa que pode abrir ação contra a Vale

O GLOBO

RIO - Depois de perder duas concessões de minério de ferro na Guiné, nas quais tinha "joint venture" com a Vale, a BSG Resources (BSGR) avisou que pode levar a ex-parceira aos tribunais caso a brasileira volte àquela operação.

O presidente do país, Alpha Conde, disse, na semana passada, que irá dar boas-vindas a uma oferta da Vale para realocação de autorizações de mineração no local, afirmando que a brasileira não se envolveu em casos de corrupção que levaram ao fim das concessões.

"A BSGR informa que qualquer um, seja o governo da Guiné, a Vale, a Rio Tinto ou qualquer um que negocie acesso a Simandou ou que venha a fazê-lo no futuro estará ingerindo ilegalmente em propriedade da BSGR. Em tais circunstâncias, a BSGR vai tomar providências para brigar contra aqueles que interferiram ilegalmente em seus interesses legítimos", alertou a companhia em nota, nesta quarta-feira, ao informar que está iniciando um processo de arbitragem, contra Condé e o governo da Guiné, no Centro Internacional para Ajustamento de Disputas Internacionais, ligada ao Banco Mundial. Procurada, a Vale não comentou o assunto.

O governo da Guiné aprovou, em meados de abril, relatório recomendando que a VBG, "joint venture" da Vale e BSGR, perdesse as concessões de Simandou e Zogota, no Sudeste do país. Elaborado por um comitê técnico, o texto acusou a BSGR, braço de mineração do bilionário israelense BenySteinmetz, de obter a concessão por meio de suborno e pediu que o governo exclua a VBG do processo de realocação das licenças. A BSGR negou as alegações.

Por sua vez, a Vale – que entrou no negócio em 2010, ao comprar 51% dos ativos da BSGR na Guiné e formar a joint venture, num negócio de US\$ 2,5 bilhões - foi isentada das acusações.

— Vamos lançar um processo de licitação aberto e transparente. A Vale não estava envolvida na corrupção ou consciente disso e esperamos fortemente que a Vale vá participar. A Vale pode voltar por meio do processo de licitação — disse Conde no último dia 30, duas semanas após a cassação.

No mesmo dia, a mineradora anglo-australiana Rio Tinto disse que abriu processo nos Estados Unidos contra a Vale, Steinmetz e a BSGR por corrupção. Isto porque era detentora, desde 2006, dos direitos sobre o depósito Simandou, uma das mais ricas reservas inexploradas no mundo, a “Carajás africana”.

A Rio Tinto gastou milhões nele, até 2008, quando o governo do ex-presidente Lansana Conté revogou a permissão da empresa – alegando que a mineradora tinha levado tempo demais para desenvolver o projeto – e então transferiu a concessão para a BSGR.

No processo, a Rio Tinto descreve conversas entre executivos da companhia e da Vale entre 2008 e 2009, quando Roger Agnelli ainda estava à frente da brasileira. A Rio Tinto teria fornecido informações confidenciais relativas a Simandou – inclusive sobre a tentativa da BSGR de “roubar os direitos” –, na confiança de que a Vale “as trataria com discrição” com o objetivo de avaliar uma possível parceria.

A Rio Tinto ainda tem o direito de desenvolver parte da área de Simandou com a parceira chinesa Chinalco, mas vem dizendo que dificilmente iniciará produção até 2018, devido ao montante de investimentos necessários em infraestrutura para exportar o minério de ferro.

44-08/05/2014

AGRICULTURA EM TERRITÓRIOS MINERADORES ACONTECE EM 23 DE MAIO

O Seminário Agricultura em Territórios Mineradores acontece no próximo dia 23 de maio, na Embrapa Milho e Sorgo, na Rodovia MG 424, km 45, Zona Rural de Sete Lagoas (MG). O encontro visa discutir experiências e expectativas de práticas e estratégias que resgatem vocações históricas, analisem o conceito de cinturão verde, diversificação das economias locais e promovam o engajamento de stakeholders, geração de renda e trabalho e agregação de valor local à mineração. As inscrições podem ser feitas pelo <http://sit.cnpms.embrapa.br>. Maiores informações pelo site e e-mail, respectivos www.acqua-inct.org e inctacacqua@gmail.com. A Acqua Recursos Minerais Biodiversidade, AMIB e CODAP são as realizadoras do seminário, com apoio editorial da revista Brasil Mineral. O evento tem apoio também da FAPEMIG, CNPq e MME.

Fonte: Brasil Mineral

45-08/05/2014

COMPANHIAS

Colossus conclui plano de reorganização

A Colossus Minerals concluiu a implementação da proposta pré-aprovada pelo Conselho e anunciou plano de reorganização que está dentro da Lei de Falência e Insolvência (BIA), do Canadá. A Colossus detém 75% em uma joint venture em uma mina de ouro-platina-paládio em Serra Pelada (PA). Segundo o plano, as ações ordinárias existentes da Colossus foram consolidadas com base em 200 por 1 e novas ações ordinárias e bônus da Companhia foram emitidos para os credores, com base em uma nova ação ordinária para 30% de cada reivindicação de um dólar canadense e um novo Mandado de 30% em cada dois dólares canadenses requeridas. Os credores da Companhia incluídos são Colossus Convertible Gold Linked Notes, Sandstorm Gold Ltd. e Sandstorm Metals & Energy Ltd.

Fonte: Brasil Mineral

46-09/05/2014

Cade aprova aquisição da Vale de áreas de exploração no interior de

Minas Gerais

Firmado em março, negócio com a Novelis refere-se à extração de bauxita em áreas nas regiões de Mariana e Alvinópolis

REUTERS

SÃO PAULO - O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a aquisição de direitos minerários da Novelis pela Vale, conforme despacho publicado nesta sexta-feira no Diário Oficial.

Em documento submetido ao Cade, as partes informaram que o negócio foi firmado em 11 de março, e que os direitos referem-se à exploração de bauxita em áreas nas regiões de Mariana e Alvinópolis, ambas em Minas Gerais.

“No entanto, atualmente, não há qualquer exploração mineral sendo realizada nas áreas a que se referem esses direitos”, disseram as empresas em trecho do documento, reforçando que, por isso, a operação não resultaria em “qualquer alteração no ambiente concorrencial”.

As companhias acrescentaram que para a Novelis, do grupo indiano Aditya Birla, o negócio integrava parte da estratégia mundial de dar foco às atividades principais, que não envolvem a produção de laminados de alumínio e a reciclagem desse metal.

Sob a perspectiva da Vale, “a operação representa uma oportunidade de adquirir direitos minerários localizados em áreas estratégicas para a empresa”, disse o documento.

47-09/05/2014

Rio Tinto diz ter bons laços com Guiné apesar de processo por Simandou

 **REUTERS**

MELBOURNE, 8 Mai (Reuters) - A mineradora Rio Tinto tem um bom relacionamento com o governo da Guiné, disse o presidente do Conselho de Administração da companhia, porém a companhia perseguirá vigorosamente a Vale e a BSG Resources para recuperar as perdas com a cassação de seus direitos à metade da reserva gigante de Simandou.

A Rio Tinto entrou com um processo contra maior sua rival em minério de ferro, a Vale e contra o bilionário israelense BenySteinmetz e sua BSG Resources (BSGR) em abril sobre a perda dos direitos à metade da concessão de Simandou, na Guiné, um dos depósitos de minério de ferro não explorado mais valiosos do mundo.

"O que quero enfatizar é que não temos um problema com o governo da Guiné de modo algum. Temos um bom relacionamento com o governo", disse o presidente do Conselho da Rio Tinto, Jan duPlessis, para acionistas na assembleia geral da companhia na Austrália nesta quinta-feira.

"Mas em paralelo, acreditamos que algumas das coisas que aconteceram em 2008 foram erradas e temos a intenção de ir atrás de nossos direitos de maneira vigorosa".

A Rio Tinto alega em sua ação que os acusados planejaram um esquema fraudulento para roubar seus direitos à metade norte de Simandou. A BSGR obteve estes direitos depois que o governo os tirou da Rio Tinto em 2008, acusando a companhia de ter levado tempo demais para desenvolver o projeto.

A Rio Tinto está trabalhando para finalizar uma estrutura de investimento para a muito adiada metade sul do projeto Simandou, que agora deve custar 15 bilhões de dólares.

(Por Sonali Paul)

48-09/05/2014

AL-BA DISCUTE IMPACTO DE MINERADORA EM CAMAÇARI

Bahia 247 - A Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) se reuniu na quarta-feira (7) para discutir os critérios que permitiram a renovação da licença ambiental da empresa Cristal, antiga Millenium, em Camaçari, com denúncias de levar contaminação ao mar da Região Metropolitana de Salvador (RMS). A empresa produz 70 mil toneladas de óxido de titânio e tem capacidade para produzir 145 mil toneladas de ácido sulfúrico por ano. Atualmente, o titânio seria matéria prima utilizada em indústrias do Polo Petroquímico de Camaçari.

Presidente da comissão, o deputado LeurLomanto Jr. (PMDB) justificou o debate com finalidade de esclarecer supostas irregularidades relatadas. Ele apresentou ao secretário estadual de Meio Ambiente, Eugênio Splenger, e aos técnicos do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), as perguntas deixadas pelo ambientalista Ivo Barreto, assassinado em Salvador no dia 19 de março.

Uma delas questionava se na licença concedida a Cristal foram consultados outros órgãos, como o Patrimônio da União, o Instituto Chico Mendes e o Ibama. Além disso, foi perguntado se houve estudos de contaminação ou impacto do leite marinho, dentro ou fora da área de descarte do mar.

O secretário Eugênio Splenger explicou que foram respeitadas as condicionantes, além de terem sido criadas novas, a fim de dar maior segurança ao licenciamento. Segundo ele, a renovação da licença levou dois anos para ser efetivada, com validade até 2019.

"Mas independente da validade, o Inema cobra relatórios trimestrais e o monitoramento também é permanente, o que pode mostrar a melhoria dos índices".

Splenger se comprometeu a disponibilizar todos os documentos solicitados pela comissão. "Sabemos que há problemas, mas há um esforço enorme de todos. Dispomos de 60 pessoas para licenciamentos e 70 fiscais. Obviamente que temos também que descentralizar a gestão ambiental. Podem ter algumas dificuldades, mas o Inema cumpre a lei com muita serenidade".

49-09/05/2014

CANCANA PERTO DE INICIAR PRODUÇÃO EM VALDIRÃO

A Cancana Resources transportou até o momento cerca de 400 toneladas de minério de manganês da mina Valdirão, em Rondônia, para serem moídas na planta de processamento do projeto Rio Madeira, que fica no mesmo Estado. A mineradora divulgou ontem (8) uma atualização de suas atividades de campo em Valdirão.

A companhia informou que realiza atividades de exploração no site de Valdirão para estabelecer o plano de mina mais adequado. Pesquisas e explorações na área apontaram que as estruturas de veio de magnésio estão na mesma direção do corpo mineral.

A Cancana informou que vai dar sequência às pesquisas e às atividades minerárias em Valdirão para expor, desenvolver e determinar um plano de mina que permita avaliar a quantidade de minério de manganês e dar início à extração, caso seja viável.

"Depois do começo das operações de mineração e de escavação em Valdirão, nós agora estamos aptos a ver as estruturas geológicas que sempre acreditamos que existiam na área. Esse teste de mineração e o processo de atividades de escavação vai permitir que a Cancana agregue conhecimento e compreenda melhor a geologia da região", disse John Harper, chefe de geologia da Cancana.

Segundo a mineradora, uma profundidade aproximada de 20 metros foi escavada e mostrou que os veios de manganês continuam mesmo após essa profundidade.

"Considerando que Valdirão ainda está em fase de testes de mineração, nós estamos muito satisfeitos com os resultados que vimos até agora. É importante estabelecer uma

área onde esse tipo de pesquisa possa ser concluída para permitir uma boa base de conhecimento”, afirmou Andrew Male, CEO e presidente da Cancana.

O Conselho de Administração da Cancana aprovou, em 28 de abril, a concessão de 3,3 milhões de opções de compra de ações para os diretores da companhia. As opções podem ser exercidas a um preço de US\$ 0,23 por ação.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

50-09/05/2014

ETERNIT AUMENTA EXPORTAÇÕES DE CRISOTILA EM 45%

A Eternit aumentou em 44,8% as exportações de crisotila no primeiro trimestre de 2014 em relação ao mesmo período no ano passado. Segundo a empresa, a regularização no fluxo das exportações nos últimos trimestres foi um dos principais fatores para o aumento. O volume total de crisotila vendida foi 24,4% maior, chegando a 79,4 mil toneladas.

No mesmo período, as vendas internas tiveram alta de 12%. O resultado positivo foi devido ao aumento da demanda por coberturas de fibrocimento no mercado interno, segundo relatório de resultados trimestrais divulgado ontem (8).

Nos três primeiros meses de 2014, houve um aumento de 13% nos custos com mineração, em função de maiores custos com mão de obra, devido a reajustes salariais, e consumo de materiais, principalmente de combustíveis e embalagens. A empresa também destacou a manutenção e depreciação dos novos equipamentos e caminhões da área extrativa.

Os investimentos da Eternit e de suas controladas no primeiro trimestre foram de R\$ 29,2 milhões, valor 64,3% superior ao registrado nos três primeiros meses de 2013. Os recursos foram destinados, em sua maioria, à instalação da unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção no Estado do Amazonas e à manutenção e atualização do parque industrial do grupo.

No mesmo período, o volume vendido de fibrocimento foi de 213 mil toneladas, um aumento de 6,2% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Para telhas de concreto, o aumento foi de 5,4%, em função de maiores demandas neste mercado e da estratégia da Tégula em disponibilizar seus produtos também nas lojas de materiais de construção.

Segundo o relatório, a Eternit segue como uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas entre as companhias de capital aberto no Brasil. Em 2014, o dividendyield foi de 4,6% e os proventos pagos foram de R\$ 35,8 milhões.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil

51-09/05/2014

PETROBRAS VAI PRODUZIR 519 MIL T DE AMÔNIA EM MINAS GERAIS

A Petrobras realizou cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados V (UFN V) no dia 03 de maio, em Uberaba (MG). Na ocasião foi assinado o termo de compromisso de garantia de fornecimento de gás natural para a unidade com a Companhia de Gás de Minas Gerais (Gasmig). A UFN V será instalada no Distrito Industrial III de Uberaba, região do Triângulo Mineiro, e terá capacidade para produzir 519 mil t/ano de amônia - matéria-prima para a produção de fertilizantes nitrogenados utilizados nas culturas de milho, cana-de-açúcar, café, algodão e laranja, entre outras.

Fonte: Brasil Mineral

52-09/05/2014

TUNÍSIA QUER PARCERIA COM VALE FERTILIZANTES

A possível parceria entre a Vale Fertilizantes e a Tunísia pode resultar em um investimento de US\$ 2,5 bilhões em uma mina de fosfato no centro-oeste do país. O ministro da Indústria, Minas e Energia da Tunísia, Kamel Ben Naceur, disse na terça-feira (6), durante uma conferência em São Paulo, que pode otimizar todo o ciclo de produção usando o conhecimento de empresas como a Vale. O ministro esteve em reunião com a empresa na segunda-feira. A Tunísia planeja aumentar sua produção de fosfato para 12 milhões de toneladas anuais em 2020.

Fonte: Notícias de Mineração Brasil